



## ATA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no Salão Paroquial de Ronfe, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Francisca Maria da Costa Abreu, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, com a seguinte Ordem de Trabalhos. ---

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

**1 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA. -----**

ASSEMBLEIA -----

**2 - APROVAÇÃO DA ATA Nº6 DA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019. -----**

CÂMARA -----

**3 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----**

PROCESSO DESCENTRALIZAÇÃO -----

**4 - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS ÁREAS PORTUÁRIO-MARÍTIMAS E ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÓMICO NÃO AFETAS À ATIVIDADE PORTUÁRIA - DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO – NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA OS ANOS DE 2019 E 2020. -----**

**5 - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - ÁREAS PROTEGIDAS DE ÂMBITO NACIONAL (DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21 DE AGOSTO) - NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019. -----**

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS -----

**6 - CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE**

**DE €12.000.000,00.** -----  
REGULAMENTOS -----  
**7 – IMPACTA - APROVAÇÃO DE PROJETO DE REGULAMENTO.** -----  
**8 – REGULAMENTO DO RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA.** -----  
URBANISMO -----  
**9 – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE GUIMARÃES.** -----  
**10 – CNE - ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA OBSERVATÓRIO DA AVIFAUNA.** -----  
**11 - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - DANIEL PAULO NOVAIS DE CARVALHO.** -----  
ATIVIDADES ECONÓMICAS -----  
**12 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 9 DE JUNHO DE 2014 COM A EMPRESA CANTARIAS BADIM, LDA.** -----  
**13 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017 COM A EMPRESA TERRAPLANAGENS FALCÃO, LDA.** -----  
**14 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 22 DE ABRIL DE 2017 COM A EMPRESA ABÍLIO SALGADO MENDES, LDA.** -----  
**15 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017 COM A EMPRESA VELURA - TÊXTEIS UNIPESSOAL, LDA.** -----  
**16 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 9 DE FEVEREIRO DE 2018 COM**



**A EMPRESA ACR EUROPA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO INDUSTRIAL E DOMÉSTICO, LDA. -----**

**17 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 24 DE OUTUBRO DE 2017 COM A EMPRESA TRAÇOS SINGELOS, LDA. -----**

**18 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 29 DE MARÇO DE 2017 COM A EMPRESA GUIMABOMBAS - IMPORTAÇÃO DE BOMBAS AUTOMEDIDORAS, LDA. -----**

**19 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 6 DE JUNHO DE 2017 COM A EMPRESA MARCANDE - PRODUTOS QUÍMICOS, LDA. -----**

**RECURSOS HUMANOS -----**

**20 - ESTRUTURA ORGÂNICA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO – CRIAÇÃO DA DIVISÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES E DE INFORMAÇÃO. -----**

**21 - RECRUTAMENTO DE DIRIGENTES - DESIGNAÇÃO DE JÚRI. -----  
CONTRATAÇÃO SERVIÇOS -----**

**22 - CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----**

**23 - CONCURSO PÚBLICO N.º 8/19 - AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - ABERTURA DE CONCURSO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**24 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES DE ALUNOS DO 1.º CEB - ANO LETIVO 2019/2020 - RETIFICAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----**

**ENTIDADES PARTICIPADAS -----**

**25 – ASSOCIAÇÃO CYBERCENTRO DE GUIMARÃES - PROJETO DE**

- DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO. -----**
- 26 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA A OFICINA – 2020. -----**  
**PATRIMÓNIO -----**
- 27 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO  
SITUADA NA RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, FREGUESIA DE BRITO. ----**  
**FREGUESIAS -----**
- 28 - JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE 7 DE JUNHO DE 2018. -----**
- 29 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES OLEIROS E FIGUEIREDO -  
CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. -----**
- 30 - JUNTA DE FREGUESIA DE NESPEREIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. ----**
- 31 - JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE  
AUTOCARRO. -----**
- 32 - JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE  
AUTOCARRO. -----**
- 33 - JUNTA FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – DELIBERAÇÃO DE 30  
DE MAIO DE 2019 - REVISÃO AO CONTRATO CELEBRADO EM 10 DE JULHO  
DE 2019. -----**  
**FREGUESIAS (SUBSÍDIOS) -----**
- 34 -JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE – SUBSÍDIO – ANO DE 2018. -----**
- 35 - JUNTA DE FREGUESIA DE LONGOS – SUBSÍDIO – ANO DE 2018. -----**
- 36 - JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – OBRAS NA RUA DAS  
FONTAINHAS, RUA DA BOAVISTA E RUA DAS CARTAS - ATRIBUIÇÃO DE  
SUBSÍDIO. -----**
- 37 - JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E  
CONCLUSÃO DA VEDAÇÃO NO NOVO ACESSO AO CENTRO ESCOLAR E  
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE ÁGUAS  
PLUVIAIS NA URBANIZAÇÃO DO CAMPO NOVO. -----**



**38 - JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – SUBSÍDIO – ANO DE 2019. -----**

**39 - JUNTA DE FREGUESIA DE NESPEREIRA - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL NESPEREIRA + VIDA. -----**

**40 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS – PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----**

**41 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TABUADELO E S. FAUSTINO – OBRAS NA CENTRALIDADE DA FREGUESIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----**

**FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----**

**42 - JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018. -----**

**43 - JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2016. -----**

**44 - JUNTA DE FREGUESIA DE GONDAR – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 E SUBSÍDIO – ANO DE 2019. -----**

**TRÂNSITO -----**

**45 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DE CORTINHAS - FREGUESIA DE S. TORCATO. -----**

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----**

**46 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----**

Estiveram presentes os seguintes membros: **Eleitos diretos:** (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Luís Miguel Morgado Laranjeiro, Francisca Maria da Costa Abreu, Nelson José Guimarães Felgueiras, Marta de Abreu Coutada, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, César Manuel Castro Machado, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Manuel Américo Antunes de Freitas, António Fernando Macedo Ribeiro, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, José da Silva Fernandes, Carlos Alexandre

Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria José Teixeira Martins, Augusto Rafael Capela Duarte, Elsa Cristina Silva Ribeiro, José de Castro Dias, Manuel Martins Salgado, António Rogério Ferreira Paiva e Hugo Francisco Monteiro Teixeira; (PSD) - Emídio Guerreiro, Margarida Pinheiro Pereira, Ana Margarida da Costa Teixeira, Rui Armindo Costa Freitas, José Cardoso de Meneses Couceiro da Costa, Ana Rita Abreu Fernandes, Carlos Henrique Ribeiro de Barros e Eduardo Miguel Teixeira Fernandes; (CDS-PP) – Rui Miguel de Meira Barreira, Ângela Ivone Rodrigues Oliveira e Rui Miguel Ribeiro Correia; (CDU) – Mariana da Conceição Pereira da Silva, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro e João Vítor Salgado Almeida; (BE) – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; **(Inerência do cargo de Presidente de Junta)** - Maria da Conceição da Cunha e Castro – PS, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Barco) – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, António Joaquim Oliveira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Patrícia Maria Peixoto Atilano (em representação do Presidente da Junta de Freguesia da Costa) – PS, António Martins Gonçalves – PSD, Manuel da Costa Mendes Lopes – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, Manuel José Fraga Miranda (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Mesão Frio) – PSD, António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS, Sérgio Alberto Castro Rocha – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, José Armando Morais da Silva – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS, Néilson Cristiano



Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS, João Miguel Castro Oliveira – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Marçal Avelino Salazar Marques Mendes - PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Abílio Lima de Freitas – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas (em representação do Presidente da Junta da União das Freguesias de Conde e Gandarela) – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Manuel das Neves Rodrigues – PSD, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Francisco Bruno da Silva Oliveira – PS, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

**Substituição por ausência inferior a trinta dias:** Cândido Capela Dias, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, José Pedro Correia de Aguiar Branco, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Manuel Fernando da Cunha Fernandes, Márcio Rafael Silva Ferreira, César Nuno da Costa Teixeira, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Mário Augusto Araujo Ribeiro, Fernando Miguel Machado Pereira Silva Araújo, Célia Maria Abreu Magalhães, Miguel Ângelo Leite Vieira, Alcino José de Sousa, Sérgio Manuel Antunes Freitas da Silva, Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Carlos Artur Faria Ribeiro Coimbra e Alexandra Santos Gonçalves Ferreira. -----

**Faltaram os seguintes membros:** Maria Elisabete Veloso Machado Costa Martins, Paulo Pinto de Carvalho Freitas do Amaral, Sandra da Luz da Cunha Martins, Daniel André de Sousa Rodrigues, Tiago Vieira Laranjeiro, Susana Manuela Marques Araújo, Elva Raquel Camarero Cancela Gusmão, Rui Manuel Alves Martins, Elsa Maria da Silva Castro, António Magalhães

Azevedo, António Fernando Meireles Lopes e Angelino Miguel Ribeiro Salazar. -----

**Presenças da Câmara Municipal** – Presidente Domingos Bragança Salgado e Vereadores Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Adelina Paula Mendes Pinto, Paula Cristina Santos Oliveira, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

Pelas **vinte e uma horas e trinta minutos** havia quórum e o Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes e **DECLAROU ABERTA** a sessão. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe, **Adelaide Silva**, que após cumprimentar todos os presentes, disse ser uma honra para a população de Ronfe, e para si, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, acolher a primeira sessão descentralizada da Assembleia Municipal, local que recordou ter sido, igualmente, o local da realização da primeira reunião descentralizada do Executivo Municipal. Enalteceu este tipo de iniciativas que aproximam a política aos cidadãos, reconhecendo que assim vale a pena estar na política. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

Do ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português remetendo a Declaração de Voto apresentada na Assembleia da República aquando da votação da Proposta de Lei que aprova a primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do território; Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães a dar conhecimento da informação que foi prestada na reunião da Câmara Municipal do dia quatro de julho, sobre a empreitada do teatro Jordão e Salas de Ensaio/Bandas de Garagem, solicitando também para que fosse entregue cópia aos líderes parlamentares; Do convite da Irmandade da Nossa Senhora do Carmo da Penha para a centésima vigésima





sexta Grande Peregrinação anual ao santuário da Penha; Do convite da Auchan Retail Portugal para Cerimónia de Lançamento da Marca Auchan; Do convite da Câmara Municipal de Guimarães para a Sessão de Apresentação da Estratégia Turística dois mil e dezanove/dois mil e vinte; Da convocatória para reunião do Conselho Municipal de Educação. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **INTERVENÇÕES** -----

**Carlos Henrique Ribeiro de Barros**, do Grupo Parlamentar do PSD, fez uma intervenção sobre a promoção da coesão territorial, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“A riqueza de uma cidade, de um concelho, está nas suas gentes. E as gentes do nosso concelho não estão apenas no centro da Cidade, mas dispersas de forma mais ou menos homogénea pelas suas Vilas e Freguesias. Todas diferentes, todas importantes, as quarenta e oito Freguesias ou Uniões de Freguesias merecem, ou deveriam merecer, a mesma atenção e carinho da parte dos Órgãos Autárquicos, eleitos pelas populações, para servirem os interesses das populações. Estamos hoje aqui, em Ronfe, na zona Oeste do Concelho, em sessão descentralizada da Assembleia Municipal, uma iniciativa que é digna de ser aplaudida, registada e replicada. Iniciativa que se segue a outra igualmente louvável, das reuniões descentralizadas da Vereação Municipal, do Executivo Camarário, que também começaram precisamente aqui, em Ronfe, em Janeiro de dois mil e catorze. Se à primeira vista, até parece que Ronfe está na linha da frente das prioridades do Executivo Municipal, em termos práticos passa-se exatamente o contrário. Para além da inauguração em dois mil e quinze do centro escolar, projeto que serviu de bandeira e promessa eleitoral para três eleições autárquicas diferentes, e em dois mil e dezassete do parque de lazer da Lourinha, ao longo dos últimos dez anos*

*muitos outros projetos e investimentos deveriam ter sido realizados e ficaram na gaveta. E o mais provável é que fiquem ainda muitos mais anos... Oxalá eu me engane! Ao longo da última década, as gentes da zona Oeste do Concelho, em geral, e os ronfenses, em particular, têm sido vítimas de um tratamento discriminatório face ao investimento que é canalizado para outras zonas do Concelho. E o que se prevê agora é um agravamento desse fosso, face às operações de reabilitação urbana aprovadas e calendarizadas para S. João de Ponte, para as Taipas e para Pevidém: Estima-se investir em Ponte, nos próximos dez anos, 3,5 milhões de euros; Estima-se investir nas Taipas, nos próximos sete anos, 6,3 milhões de euros; e Estima-se investir em Pevidém, nos próximos sete anos, 12,8 milhões de euros. Por isso disse atrás que temo que muitos projetos e investimentos para Ronfe e toda a zona Oeste continuem na gaveta. Esta desigualdade de tratamento das vilas e freguesias, concentrando os investimentos sempre nos mesmos núcleos urbanos, não promove um crescimento harmonioso do Concelho. Se, por um lado, provoca um congestionamento nas zonas com maior população e que, qual efeito bola de neve, vai exigir cada vez mais investimentos em infraestruturas de todo o tipo, por outro lado, leva à perda de população nas zonas onde o investimento é menor, ou inexistente. E essa perda de população tem sido também para concelhos vizinhos, principalmente quando estamos a falar de freguesias que fazem fronteira com outros concelhos. Governar para todos, mas com todos, não é investir vários milhões numas zonas e apenas alguns milhares noutras zonas do Concelho. Governar para todos, mas com todos, é não fomentar a existência de vimaranenses de primeira e vimaranenses de segunda categoria. É promover a coesão territorial. Governar para todos, mas com todos, é respeitar todas as populações, todos os Presidentes de Junta, escutando os projetos que eles têm para as suas freguesias, melhorando-os, criando valor a esses mesmos*



*projetos e implementando-os no terreno, realizando os investimentos necessários para servir os interesses das suas gentes. Então, e que projetos são esses? Não vou ser exaustivo, mas tentarei enumerar aqueles que estão no topo das prioridades das gentes que hoje nos recebem. E começo por aquele projeto que, eu próprio enquanto munícipe, enquanto cidadão, como ronfense, referi neste mesmo espaço há mais de cinco anos, em Janeiro/dois mil e catorze, na primeira reunião descentralizada do Executivo Municipal. Disse-o, na altura, olhos nos olhos ao Sr. Presidente da Câmara e volto a dizê-lo hoje, olhos nos olhos: caro Domingos Bragança, Ronfe precisa de ver o seu centro cívico requalificado. Ronfe não tem um centro cívico com a dignidade que o estatuto de Vila exige. Ronfe foi crescendo ao longo dos anos e a sua centralidade foi-se desenvolvendo em dois pólos, separados entre si pela E.N. 206. De um lado temos o pólo religioso, social e desportivo. No outro, temos o pólo dos serviços, comércio, saúde e educação. Importa, por isso, unir estas duas centralidades, de forma integrada e promovendo a segurança rodoviária e a segurança dos peões ao longo da E.N.206. Mas a crescer ao constante adiamento da execução de um projeto nestes termos, bem recentemente, no âmbito do licenciamento da construção do centro logístico do Bolama, a Câmara Municipal deixou passar a oportunidade de trazer para o domínio público uma parcela de terreno ainda maior, ao longo da avenida da igreja, que permitisse num futuro próximo duplicar a largura da avenida. E que fique registado que não estamos contra o investimento. Bem pelo contrário, saudamos a iniciativa empresarial, de recuperar uma fábrica devoluta e promovendo a criação de emprego na Vila. No entanto, entendemos que a cota do projeto poderia ser mais baixa, tendo um impacto visual bem menor no centro da Vila, e que com maior capacidade negocial da Câmara Municipal poderia ser possível a referida cedência para o domínio*

*público de uma faixa de terreno ao longo da avenida da igreja. Outra das necessidades há muito reclamadas, e que até são transversais a todo o Concelho, é a repavimentação de várias vias municipais, que foram esventradas ao longo dos anos, que estão cheias de remendos há muitos...há demasiados anos. Está em causa a segurança rodoviária e o conforto de automobilistas, peões e moradores. O Sr. Presidente da Câmara conhece muito bem este problema, portanto o nosso apelo é que não o continue a ignorar. O rio Ave! Um dos maiores ativos do Concelho, mas que em Ronfe está mal aproveitado. Como está a requalificação prometida das margens do Ave? Onde estão os percursos pedonais prometidos? Vários projetos, várias ideias foram já apresentadas pelos diferentes Presidentes de Junta de Ronfe. O objetivo de devolver o rio à comunidade é um desejo há muito por concretizar. O cemitério! Este é um problema que sei que tem vindo a ser trabalhado entre a Câmara e a Junta de Freguesia. No entanto, os anos vão passando sem uma solução à vista e a capacidade do cemitério está esgotada. Senhor Presidente, tem alguma informação adicional para nos dar? Em termos de segurança rodoviária, temos algumas situações de passadeiras para peões demasiado expostas à velocidade excessiva dos automóveis, na E.N.206. Urge criar condições de segurança, quer obrigando à redução da velocidade, quer investindo na sinalização luminosa de todas as passadeiras ao longo da E.N.206. Há ainda alguns pontos negros que devem merecer a nossa atenção, onde se registam acidentes automóveis com demasiada frequência. Falo das curvas junto à empresa Somelos e do cruzamento da Labruge, em Vermil. Transportes públicos! De uma forma geral, as populações da zona Oeste do Concelho que não têm viatura própria vêem-se limitadas na sua mobilidade, dado que a oferta de transportes públicos pode não estar adequada às necessidades, nomeadamente ao nível dos horários. Refiro-me concretamente às populações de Airão, Vermil,*



*Oleiros, Leitões e Figueiredo. É uma questão que deve ser registada e, junto dos autarcas, perceber o que pode ser corrigido. A zona Oeste já tem perdido população que chegue, nomeadamente devido ao fecho de escolas primárias. Um PDM mais exigente que o PDM de Concelhos limítrofes contribui também para a perda de população que, por não poder construir nos seus terrenos, procuram soluções noutras paragens. Claro que não se pode permitir a construção a torto e a direito. Deve-se acautelar o desenvolvimento planeado e preservando as reservas agrícolas e ecológicas. Mas a próxima revisão do PDM deverá reparar defeitos que o atual PDM contém e reduzir as exigências que prevê em termos de dimensão dos terrenos para construção. Queremos fixar os nossos jovens. Não queremos assistir impávidos e serenos ao crescente envelhecimento das nossas populações. A Câmara Municipal tem um papel determinante nesse desiderato. Mas cabe também aos Presidentes de Junta contribuir para encontrar as melhores soluções. Sr. Presidente da Câmara, se os envolver mais nas decisões tenho a certeza que as opções serão mais adequadas, mais rápidas e até mais baratas. No passado recente, assumiram-se investimentos em freguesias, executados pelas Juntas de Freguesia mas com o apoio expresso da Câmara Municipal, que se revelaram investimentos insustentáveis para as Juntas de Freguesia e que ainda hoje, vários anos passados, sobrecarregam os seus orçamentos pois há ainda uma dívida que é preciso pagar. A Câmara, que tem capacidade para “despejar” milhões em determinadas zonas do Concelho, deve ter a sensibilidade de ajudar essas autarquias locais a sanar de uma vez por todas essas dívidas. Concluindo, o apelo que faço é o da promoção da coesão territorial. É preciso diminuir as desigualdades no tratamento das Vilas e Freguesias, ao invés de aumentar essa diferença de investimento. Ouça mais os Presidentes de Junta. Valorize*

*o trabalho deles, sem os condicionar, sem falsas promessas e sem os aliciar seja de que maneira for! O mandato deles é tão legítimo quanto o seu. Todos foram eleitos pelas populações, para servir os interesses das populações. Queremos que, de facto, se governe para todos, mas com todos!” -----*

**João Manuel Gonçalves Miranda**, Presidente da Junta de Freguesia de Pencilo, fez uma intervenção sobre a atividade turística em Guimarães, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Os dados estatísticos e indicadores relativos à atividade turística em Guimarães que têm vindo a público, revelam de forma clara e inequívoca que Guimarães continua a afirmar-se, e a impor-se como um importante e relevante destino turístico. Na última década, o concelho de Guimarães, tem também reforçado a sua notoriedade e capacidade de atrair visitantes de forma consistente. Esta evidência é o resultado da execução planeada e organizada, de um conjunto de medidas, políticas e investimentos, promovidos pelo município de Guimarães e que são bem reveladores da importância que este executivo atribui, à melhoria da oferta turística para as pessoas que visitam a nossa cidade, mas também o nosso concelho. De salientar, o empenho e dedicação dos mais diversos agentes do setor privado, cuja atividade tem sido, também, determinante para elevar a notoriedade de Guimarães e melhorar o desempenho da atividade turística no nosso Concelho. Como exemplo de algumas medidas promovidas pelo município, podemos destacar: A reabilitação do património; A qualidade e diversidade da agenda cultural; A criação de novos equipamentos; a criação de novos espaços verdes; O aumento do número de ecovias; A aposta em projetos na área da sustentabilidade ambiental; o reforço do processo de comunicação e divulgação dos eventos, entre muitos outros. Entre junho e agosto de 2019, os registos de afluência de visitantes aos Postos de Turismo, revelam uma clara e evidente tendência de crescimento, sendo atingido um*



*número de visitantes (cerca de cinquenta mil), muito próximo do número alcançado em dois mil e doze, ano da Capital Europeia da Cultura. Comparando com o verão dos três anos anteriores, verificou-se em dois mil e dezanove um aumento de cerca de 42% face a dois mil e dezassete e dois mil e dezoito e de 73% em relação a dois mil e dezasseis. No mesmo período, os principais monumentos (Castelo e Paço dos Duques), e os museus (Alberto Sampaio, Centro Internacional das Artes José de Guimarães e a Casa da Memória), tiveram também um aumento de 8% de visitantes face aos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezassete, e uma subida de 40% face ao ano dois mil e dezasseis. Nos anos dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove foram sempre pela primeira vez ultrapassados os trezentos mil visitantes, e em dois mil e dezanove foi ano com maior número alguma vez alcançado (trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e seis). Os números que acabei de referir, são factos inquestionáveis e são sem dúvida, o resultado das políticas, dedicação e esforço do Sr. Presidente e de todo o executivo municipal, e merece aqui o nosso reconhecimento. Apesar dos excelentes resultados e indicadores que já referi, o executivo municipal, atento aos novos desafios do mundo global, e em particular às novas tendências, e necessidades, relacionadas com a procura turística e considerando o elevado potencial de crescimento do conselho de Guimarães nesta matéria, decidiu desenvolver um plano, que foi apresentado no passado dia dezassete de setembro. Pretende-se com este plano, alavancar uma nova estratégia de promoção e captação turística para Guimarães, para a década dois mil e dezanove/dois mil e vinte e nove, centrada no tema “A Garra Vimaranesa”, com o objetivo de fazer crescer o turismo em todo o concelho e reforçar o seu posicionamento dentro e fora do território nacional. Pretende-se ainda, desenvolver uma nova visão de futuro e uma*

*nova estratégia de marca turística de Guimarães, permitindo uma promoção do território muito mais realista, identitária, e capaz de mostrar o verdadeiro espírito vimaranense, implementando também as ações e as políticas necessárias para contrariar os principais obstáculos e constrangimentos identificados no estudo realizado, nomeadamente, a curta estadia dos visitantes no território vimaranense, a concentração no centro da cidade, alguma perda de notoriedade junto dos mais jovens, bem como algum desconhecimento fora de Portugal. O desenvolvimento desta estratégia teve por base os resultados de uma extensa fase de pesquisa e de estudos, elaborados com a finalidade de compreender as perceções internas e externas de Guimarães, dando origem a um plano constituído por três programas principais, doze projetos e quarenta e oito subprojectos e contou com a participação e envolvimento da população vimaranense, para assim, poderem também contribuir de forma ativa, para o desafio de posicionar o nosso concelho como um destino turístico de referência, não só a nível nacional, mas também internacional. A decisão de envolver, e ouvir os vimaranenses neste projeto, mas também noutros, é uma marca da governação deste executivo, que importa realçar e apoiar, pois permite que as pessoas se envolvem e deem o seu contributo para a melhoria das condições da sua qualidade de vida, do concelho e do território, demonstrando também, a importância, e a aposta do executivo nas políticas de proximidade (com e para as pessoas) de forma atenta e continuada. Como já antes referi, a estratégia será desenvolvida e organizada em três programas considerados principais: “Programa Identitário”; “Valorização Territorial”; e “Conhecer Guimarães”. O Programa Identitário, é o responsável por desenvolver, ampliar e disseminar a “Garra Vimaranense”. Engloba todos os projetos que asseguram o futuro desta Ideia Central, nomeadamente os que se relacionam com a Representação e a Projeção*





*desta Identidade que é única. Este programa envolve os mais jovens, mas também todos os agentes que contactam com o turismo, e até mesmo quem chega agora ao território. Este ativo imaterial que representa a identidade de Guimarães é parte indissociável da visão do Município e da projeção do mesmo. O programa “Valorização Territorial” pretende transformar todo o território vimezanense num reflexo da visão do município, e assenta no princípio de continuar a aperfeiçoar Guimarães, sem dissociar a identidade do território. Para isso, serão desenvolvidos projetos no âmbito do Território Unificado, Guimarães Verde e Garra no Território, demonstrando o seu máximo expoente na defesa, preservação e vivência do mesmo. Com o programa “Conhecer Guimarães”, pretende-se desenvolver e dar a conhecer, um conjunto de experiências que vão refletir não só a monumentalidade do território, mas também dos vimezanenses. A humanização da experiência turística é um desafio perdido por muitos destinos modernos. Em Guimarães, há uma vontade assumida da população em ser parte da experiência, em mostrar, em ajudar, em participar. Com esta “Garra” e por esta razão, todos os projetos relativos à experiência turística, contemplarão a participação dos vimezanenses, nomeadamente nos projetos: “À medida”, “Descoberta da Origem”, “Visita Verde”, “Imersão no Espírito Vimezanense”, “Caminho da Paixão” ou “Experiências Acompanhadas”. Termino, referindo as atitudes que caracterizam a “Garra Vimezanense” e estamos certos, que irão contribuir para o sucesso da estratégia para a promoção turística de Guimarães, para a década dois mil e dezanove-dois mil e vinte e nove. Temos orgulho na nossa história; Sabemos receber como ninguém; Participamos ativamente; Amamos o nosso território.” -----*

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, começou por dizer que a legislatura, que agora termina, demonstrou

ser viável, e desejável, governar à esquerda e provou ser possível respeitar os pensionistas e funcionários públicos sem pôr em causa as contas públicas. Disse, também, que revelou ser possível pagar menos IRS e manter as contas certas, o que deixou a direita com o discurso vazio e o PSD e o CDS sem projeto político para o país. Afirmou que para o Bloco de Esquerda palavra dada é, mesmo, palavra honrada. Prosseguiu, dizendo que é necessário mais investimento público naquilo que é essencial, sobretudo na área da saúde e na área da Educação. Acrescentou que o Bloco de Esquerda foi, nesta legislatura, o partido que mais medidas viu aprovadas, todas com implicação na vida de cada um, fruto da sua capacidade negocial e em obediência ao compromisso assumido, quer com eleitores quer com o Partido Socialista. Disse que ainda existe um longo caminho a percorrer, principalmente, na reabertura de serviços públicos, na retirada das normas gravosas, impostas pela *Troika*, na legislação laboral, no combate às alterações climáticas, nos salários, nas pensões, entre muitos outros domínios da vida os cidadãos. Concluiu, considerando ser com este objetivo que se contribui para o desenvolvimento do país e da sociedade, com o qual o Bloco se empenhará e continuará a trabalhar.” -----

**Ângela Ivone Rodrigues Oliveira**, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, começou por cumprimentar todos os cidadãos presentes e a Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe, enquanto anfitriã, agradecendo, também, à Paróquia de Ronfe a cedência do salão paroquial à Assembleia Municipal. Referiu que a deslocalização das sessões era um desejo de todos os partidos políticos com assento na Assembleia, salientando a aproximação da política municipal aos cidadãos. Posto isto, disse que abria a discussão abordando assuntos ambientais locais, como é a questão da Bacia do Ave, considerando que a sua despoluição e recuperação só será possível através de uma colaboração estreita entre as autarquias, o Estado, a as demais entidades



responsáveis, como indica a Resolução, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, em abril de dois mil e dezassete. Ainda a este respeito, evidenciou que, até há data, não há plano, não há medidas, não há vigilância eficaz, não há controlo e mitigação da poluição. Sobre a recolha seletiva de resíduos, informou que a vila de Ronfe possui sete ecopontos e Vermil apenas três, o que é seguramente insuficiente. Quanto à recolha em baixa, lixo não selecionado, considerou não poder continuar a ser feita porta a porta em sacos individuais, porque não é uma solução ecológica e nem sequer a mais barata. Terminou, apelando a uma mudança de paradigma, para que estas questões ambientais estivessem nas prioridades Câmara Municipal. -----

**Nelson José Guimarães Felgueiras**, do Grupo Parlamentar do PS, felicitou a Assembleia Municipal, na pessoa do seu Presidente, pela iniciativa de levar à prática sessões descentralizadas. Depois, cumprimentou a Presidente de Junta de Freguesia de Ronfe, enquanto anfitriã da primeira sessão descentrada, realçando que estas sessões permitem que a população esteja mais perto da política e que contribui, muito significativamente, para a valorização da democracia. Depois, encontrando-se a legislatura a terminar, disse querer fazer um balanço sobre aquilo que foi a realidade do nosso país nos últimos quatro anos, com governação do Partido Socialista, apoiado numa base parlamentar inédita em Portugal, também ela inovadora e significativa para o aprofundamento da democracia. Assim, referiu que no início da legislatura o Partido Socialista assumira três fortes prioridades: Um choque económico, porque era necessário revitalizar o país que estava em recessão económica fruto de uma austeridade e de uma estratégia cega que tinha por base uma ideia para o país e para a sociedade que desmantelava o estado social e que condenava os portugueses à emigração; Era fundamental

que o país voltasse a dar esperança e capacidade aos portugueses para viverem no seu país; Devolver a credibilidade da nação a nível internacional e, com isso, criar condições para que internacionalmente se gerassem conjunturas favoráveis para que Portugal fosse de confiança, dando futuro e esperança aos portugueses; E, fazer um ataque forte no desemprego, que hoje atingiu níveis nunca vistos nos últimos trinta anos, nos salários, que teve uma valorização significativa, passando o salário mínimo para os seiscentos euros, no descongelamento das pensões que estavam congeladas há demasiado tempo e fazendo atualizações extraordinárias dessas mesmas pensões. Do ponto de vista económico, julgou ter existido um desempenho muito acima daquilo que se pronunciava, obtendo uma dívida pública mais baixa do que há quatro anos e um défice, que embora continue a ter problemas, hoje é o mais baixo da história da democracia. De seguida, salientou a brutal mudança de paradigma do Governo para com Guimarães, que proporcionou, através de diálogo com os representantes locais, à contratualização de avançar, em execução, com o desnivelamento do nó de Silvares e a assunção do compromisso no Plano Nacional de Investimentos para que a via do AvePark fosse um investimento do Orçamento de Estado. Ainda a este respeito, lembrou que tivemos, pela primeira vez, a chegada do Alfa a Guimarães, a criação da Autoridade Intermunicipal, que beneficia também Guimarães e permite a construção de um Plano de Mobilidade, o Programa de Apoio à Redução do Tarifário, que veio apoiar os estudantes no passe escolar, um reforço enorme nos acordos de cooperação na área social, a reabilitação do Bairro Nossa Senhora da Conceição, através do IHRU, a intervenção no Centro de Saúde da Amorosa, a abertura da Unidade de Cuidados Continuados em Polvoreira, as obras de requalificação do serviço de urgência do Hospital Nossa Senhora da Oliveira, a instalação dos Sapadores Florestais no Concelho Guimarães e a destinação da verba do



Orçamento de Estado para a requalificação do Quartel da GNR de Lordelo. Por último, referiu ser este o momento da população de Guimarães escolher sobre aquilo que querem para o país e para Guimarães. -----

**Mariana da Conceição Pereira da Silva**, do Grupo Parlamentar da CDU, fez uma intervenção abordando as questões ambientais, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Em tempos de balanços e de programas eleitorais, as questões do Ambiente ganham a todas as outras. Não deixa de ser interessante que todos os partidos tenham acordado para a questão ambiental e por isso aos ambientalistas de “aviário” dizemos “sejam bem-vindos” à luta pela mitigação das alterações climáticas, à luta pela preservação e proteção da natureza e da biodiversidade. Mas para além dos discursos atentos e preocupados sobre o fim do Planeta, ou da vida que estamos habituados, têm que existir ou corresponder as ações. Podem ficar com a paternidade de quem chegou mais cedo às questões da defesa do ambiente, mas não se esqueçam nunca das propostas ambientais que votaram contra ou que se abstiveram. Pode até o PS dizer que a medida do passe social é sua, mas a história não deixa esquecer que a CDU já tinha esta proposta há mais de vinte anos. Não temos as televisões e os jornais a levar-nos ao colo, muito menos a fazer o trabalho de isenção que lhes é exigido, o brio profissional e a ética. Temos apenas a certeza de que a CDU não desiste das propostas que demonstrem, não apenas ser medidas sociais importantes como contribuam para o desenvolvimento sustentável. E por isso a este executivo que enche a boca sempre com a corrida ao título de capital verde, gostaria de perguntar: O loteamento da Cumeada foi iniciado no final dos anos 90 por uma Junta (PS) que se constituiu como entidade promotora, cujos proprietários (alguns deles membros da Junta) entregaram os terrenos e receberiam os lotes respetivos para livremente comercializarem. Como*

*forma de pagar o investimento a Junta ficaria com alguns lotes dos proprietários. Como a maioria dos terrenos estavam classificados como Reserva Florestal, a autarquia chumbou o loteamento. Ficou por resolver pela Junta, responsável pelo investimento a dívida à ABB por trabalhos abusivamente realizados antes da aprovação do projeto. Tentando resolver o imbróglio foi realizado um acordo com a ABB em Junho de dois mil e dezassete – pela anterior maioria PS – fazia parte o Senhor Miguel Sousa empresário duma Serração de pedra encostada à pedreira da ABB. O acordo prevê a venda dos terrenos atualmente ocupados pela pedreira, acrescentados de 40 hectares, mais uma bouça e um conjunto de lotes do futuro loteamento da Cumeada. Em troca a ABB completa as infraestruturas do loteamento (cerca de dois milhões de euros), abate na totalidade o que falta pagar da dívida de 1.200,000 – um milhão e duzentos mil euros- de trabalhos já realizados no loteamento. Estes terrenos que se pretende vender (Junta PSD) são os antigos baldios que após o 25 de Abril passaram para a posse administrativa da Junta. Um bom negócio para os proprietários dos terrenos que valorizaram bouças sem valor situadas em reserva florestal e área de não construção e para a ABB que fica com a posse de uma inesgotável mina de granito. Gostaríamos de saber qual o papel que a Câmara Municipal teve e tem neste processo com contornos mais que duvidosos. Concluo a minha intervenção com uma curiosidade. Na CDU estamos atentos: Como sabem a VIMÁGUA abriu um concurso Público para a Contratação de Serviços para a Comunicação Institucional. Procedimento positivo, dizemos nós, que corta com uma série de Ajustes Diretos anuais desde pelo menos dois mil me dez, sempre com a mesma empresa. Assim outras empresas interessadas terão a oportunidade de negócio até aqui confinado apenas a uma e mesma empresa. Mas a nossa bondade esmorece com a leitura do Programa de Procedimento que, na Clausula 13ª - Critérios*



*de Adjudicação, no ponto dois diz o seguinte: “Em caso de igualdade, a menor distância entre a sede da VIMÁGUA e a sede do concorrente, ficará melhor classificada.” Ora sabendo nós que a empresa que tem prestado este serviço até aqui, por ajuste direto, se situa a pouco mais de cem metros da sede da VIMAGUA, ficamos com a ideia que de facto mudou a forma, mas não há muita vontade de mudar de fornecedor.” -----*

**Domingos Bragança**, Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, disse ter ouvido com muita atenção o membro Henrique Barros, mas que em determinada altura lhe pareceu que estava a ouvir exatamente tudo o que constava do programa eleitoral que a atual Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe havia apresentado ao seu eleitorado. Comunicou que a EN 206 mantém-se no domínio das Infraestruturas de Portugal e que, por isso, tem de ser continuamente trabalhada em parceria com o Município de Famalicão. Informou existir um projeto conjunto da responsabilidade dos Municípios de Guimarães e Famalicão, tendo por objetivo promover a requalificação da via, que foi assumido numa altura em que as infraestruturas de Portugal pretendia levar a cabo a repavimentação da EN206. Informou, também, que neste projeto de requalificação está consagrada uma zona 30 e uma rotunda, com o objetivo de ordenar e aumentar a segurança rodoviária para quem atravessa a vila de Ronfe. Quanto a investimentos feitos na freguesia de Ronfe, salientou a construção do parque desportivo – Parque da Lourinha e o Centro Escolar, anunciando, também, estar a ser trabalhada a requalificação e possibilidade de ampliação do cemitério. Sobre os grandes investimentos previstos para Ponte, Caldelas e Pevidém no âmbito das áreas de reabilitação urbanas, anunciou que outros processos idênticos vão avançar para outras vilas do concelho, nomeadamente para Ronfe. Afirmou

que as questões ambientais são uma prioridade para o Executivo Municipal, realçando, neste âmbito, a importância das Brigadas Verdes. Sobre o loteamento da Cumeada, referiu nunca ter reunido com os intervenientes, nomeadamente com a empresa ABB, mas que, existindo um problema, era razoável tentar encontrar uma solução. Finalizou, referindo que o Plano Estratégico para o Turismo em Guimarães tem em conta, essencialmente, a nossa história, a nossa cultura, o nosso património e a forte identidade dos vimeiraneses. -----

-----**PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**Abel Marques de Vasconcelos Cardoso**, residente na União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Gondomar é no léxico Vimeiraneses sinónimo de pedreiras, ABB, poluição e descargas no Rio Ave, no nosso amado Rio Ave. Mas Gondomar é muito pior que isso: Ribeiros e cursos de água das chuvas entupidos por lamas de pó das pedreiras; Terrenos de cultivo endurecidos pela acumulação de toneladas de pó das pedreiras; Frutas e Legumes cobertos de pó das pedreiras; Telhados e casas invadidas por nuvens de poeiras de pedra. Mas temos mais: Abalos resultantes dos tiros das pedreiras que provocam fendas nas paredes das casas, nos tanques de rega e no sossego das pessoas; Logo pela manhã cedos o roncar dos camiões pelo monte acima e depois o chiar pelo monte abaixo, despertam a nossa pequena aldeia. Gondomar vive hoje um pesadelo ambiental. Mas Guimarães, cidade, preocupa-se apenas com Gondomar porque as suas pedreiras podem afetar o Rio Ave que abastece a cidade de água potável. Mas já houve um tempo de esperança. Em 2016, ouvimos do Sr. Presidente da Câmara, a propósito de mais uma descarga, atribuída às pedreiras ABB: “ A meu ver, se a empresa não se corrige, deverá ser, em*





*definitivo, encerrada (Jornal de Notícias) ” Pelos vistos, a dita Empresa corrigiu-se tão exemplarmente que o Conselho lhe vai vender mais 40 hectares do Monte de Gondomar, assim como os terrenos que atualmente explora. Também a Vimágua se associa à premiação: Em Novembro de dois mil e dezoito inaugura uma ETA em Gondomar, com a mais moderna tecnologia de filtragem, garantindo assim à” empresa exemplar” que pode continuar a poluir que “nós” tratamos do assunto... Tudo continua na mesma, a Empresa continua a descarregar diariamente sobre a freguesia, agora, talvez com menos visibilidade mediática, sobre o rio, mas continua a sua ação maligna sobre a nossa comunidade. Em dois mil e dezassete, já no final de mandato anterior, a Junta da União de Freguesias assina um acordo com a referida ABB, pelo qual esta ficará com a posse administrativa dos terrenos da atual concessão, mais 40 hectares do mesmo monte, mais uma bouça e alguns lotes do futuro loteamento. E em troca de quê? 1. A resolução de uma dívida de 1.200.000 por obras ilegais e prematuras realizadas no projetado Loteamento da Cumieira; 2. A realização do resto das obras (cerca de 2.200.000) necessárias para o referido loteamento, quando este for aprovado pela CMG. Ainda, segundo o Acordo, após a aprovação do Loteamento a Junta terá trinta dias para registar os terrenos do Monte em nome da ABB. Surge aqui a primeira pergunta a esta Assembleia: Tem esta Assembleia conhecimento deste Acordo? E várias perguntas à Câmara: 1. Participaram neste Acordo? 2. Garantiram aos subscritores do acordo a aprovação do referido Loteamento? 3. O que é que se alterou, em termos regulamentares, para este loteamento, outrora chumbado – porque abrangia terrenos das Reserva Florestal- possa agora ser aprovado? Na verdade, o Loteamento da Cumieira é a única razão para a atual Junta vender os Montes de Gondomar. Teremos mais casas, é certo,*

*mas perdemos o Monte. As gerações futuras nos julgarão. No imediato, este acordo será em termos económicos, vantajoso, muito vantajoso, para a ABB; bastante lucrativo para os proprietários das bouças, sem valor construtivo, e ruinoso para a União de Juntas de Freguesia de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar. Em termos ambientais será uma Tragédia sem retorno: Ao contrário de uma Concessão de exploração, que pode ser revertida e anulada pelas gerações vindouras (que certamente mudarão o paradigma economicista que hoje nos governa), uma venda é irreversível. Uma venda é para todo o Sempre. Apelo a esta Assembleia que nos ajude a salvar os Montes de Gondomar. A conter a Poluição provocada pelas pedreiras. A salvar S. Marinho de Gondomar. Se o conseguirem poderemos ser, sem vergonhas escondidas, candidatos vencedores a um Capital Verde Europeia. Muito obrigado.” -----*

**Francisco Cunha**, residente na Freguesia de Candoso S. Martinho, começou por agradecer a oportunidade que a Assembleia Municipal lhe está a dar no sentido de expor as suas preocupações relativas ao problema de trânsito na EN206. Considerou que fazer uma rotunda em Ronfe, como foi feita em Joane, não era aconselhável, porque, a ser assim, quem sofre na rotunda de Joane passa a sofrer também na rotunda de Ronfe, sendo um desperdício de dinheiros públicos e não resolverá o problema de trânsito. Depois, falou sobre a necessidade de ser encontrada uma solução para a Ponte de Serves, que tem de ser ousada, porque se trata de uma ponte muito antiga que já apresenta vários problemas de segurança. Todavia, disse estar mais do que na altura de olhar para este problema com a ousadia que a causa merece, não esquecendo que esta ponte faz a ligação entre os concelhos de Guimarães e Famalicão. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, em nome do Grupo Parlamentar do BE, disse, quando aos condicionamentos de trânsito existentes na EN



206, que apenas a requalificação da via não resolve em concreto o problema. Considerou, também, ter que existir uma aposta séria e concreta naquilo que são os transportes públicos, porque no havendo uma ligação rodoviária de transportes públicos que faça face às necessidades das populações, nas suas deslocações diárias, não será possível diminuir os carros das estradas. -----

**Mariana da Conceição Pereira da Silva**, em nome do Grupo Parlamentar da CDU, começou por referir que, efetivamente, o crescimento da freguesia em torno da EN206 conduziu ao aumento da circulação de automóveis individuais. Concordou ser um problema de difícil resolução, mas devia haver da Câmara Municipal uma exigência para que o Estado também faça obras e requalifique estes espaços. Na sequência, considerou que a solução passa pela promoção do transporte público, que é também uma questão difícil de resolver, especialmente nas freguesias mais distantes do centro da cidade. -----

**Ângela Ivone Rodrigues Oliveira**, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre a questão do trânsito na EN206, estrada que também utiliza no seu dia-a-dia, disse partilhar da opinião do Senhor Francisco Cunha. Porém, acrescentou que o trânsito é caótico em todo o concelho. Concluiu, dizendo não conhecerem, ainda, os projetos que estão pensados para a requalificação da EN206 e que, por isso, vão esperar para depois apontar as suas opiniões. -----

**Rui Armindo da Costa Freitas**, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, após agradecer a intervenção do cidadão Francisco Cunha, disse estar de acordo com algumas das intervenções que o antecederam, porque o trânsito é, efetivamente, caótico em praticamente todo o concelho dada a inexistência de uma rede de transportes confortável que sirva todo o concelho. No que

toca à Ponte de Serves, referiu a sua importância pela antiguidade que tem, por ser uma saída/entrada do concelho com Famalicão, que serve uma zona industrial forte e que todos os dias é atravessada por camiões de grande porte. Neste âmbito, apelou a uma maior segurança desta ponte. -----

**Paulo Rui Lopes Pereira da Silva**, em nome do Grupo Parlamentar do PS, começou por agradecer as intervenções, lembrando que na Assembleia Municipal as intervenções do público são dirigidas aos Grupos Parlamentares e não à Câmara Municipal. Ainda assim, relativamente à intervenção do Senhor Abel Cardoso, comunicou que a Câmara Municipal e a Vimágua têm feito mais do que aquilo que se possa imaginar, destacando a instalação do sistema de desinfeção por ultravioleta. Informou, depois, terem conhecimento que a empresa ABB já vem num total de quase cem mil euros de multas por infrações cometidas, sendo a última da Câmara Municipal de Guimarães e que ascendeu os vinte e cinco mil euros. Por último, disse que o seu Grupo Parlamentar não tinha mais nenhuma informação a dar sobre o acordo. Quanto à intervenção do Senhor Francisco Cunha, relativa ao trânsito na EN206, referiu não existirem soluções paliativas, mas uma situação de fundo, trabalhada entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Câmara Municipal de Famalicão, no sentido de ser uma intervenção qualitativa e que acrescente mais àquilo que são, principalmente, as zonas urbanas atravessadas por esta via. Concluiu, referindo que perceber-se-á a estratégia do Município de Guimarães quando chegarem à análise do ponto vinte e dois da presente sessão, que diz respeito à concessão do serviço de transporte rodoviário de passageiros do Município de Guimarães e os princípios gerais que estão na base desse acordo. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----



INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

**1 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA.** Submete-se, para conhecimento, a listagem, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 24º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Guimarães – ano de dois mil e dezanove, dos compromissos anuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, da qual foi tomado conhecimento em reunião do Executivo Municipal em sua reunião realizada em doze de setembro, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

ASSEMBLEIA: -----

**2 - APROVAÇÃO DA ATA Nº6 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A 19 DE JUNHO DE 2019.** -----

Foi dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Luís Miguel Morgado Laranjeiro, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Manuel Américo Antunes de Freitas, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Carlos Henrique Ribeiro de Barros, Eduardo Miguel Teixeira Fernandes, Rui Miguel de Meira Barreira, Mariana da Conceição Pereira da Silva, Paulo Manuel Ferreira da Silva, Sérgio Alberto Castro Rocha, Francisco Bruno da Silva Oliveira, Manuel Fernando Alves Cardoso, António Joaquim Oliveira, José Luís Oliveira Pereira, Patrícia Maria Peixoto Atilano e Manuel José Fraga Miranda. -----

CÂMARA -----

### **3 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE**

**GUIMARÃES.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal o relatório acerca da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre um de junho e trinta e um de agosto de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**Emídio Guerreiro**, do Grupo Parlamentar do PSD, começou por registar a felicidade que o Partido Social Democrata sente por estar na vila de Ronfe a participar num momento histórico da Assembleia Municipal de Guimarães, a primeira sessão deslocada do centro da cidade, cumprimentando, por este facto, e em particular, os habitantes de Ronfe e a sua Presidente de Junta. Entrando na análise do relatório e recordando estarmos a meio do mandato autárquico, disse querer fazer umas avaliações parciais, começando por lembrar que muitos daqueles que foram os trinta compromissos apresentados pelo Partido Socialista ao eleitorado vimaranense estavam por cumprir e que alguns deles o preocupam, porque o tempo vai passando e começa a sentir-se que serão difíceis de concretizar. No que toca à mobilidade, referiu não existir uma frota de autocarros elétrica, uma rede de postos rápidos de abastecimento de carros elétricos por todo o concelho e a prometida alteração das rotas - uma nova rede de oferta que é fundamental para a população. No que respeita aos compromissos que envolvem o Poder Central, recordou que nem sequer um metro foi executado na via do AvePark, não foi, pelo menos, dado início ao desnivelamento da rotunda de Silvares, não há qualquer novo posto da GNR e não temos a Loja do Cidadão. Por fim, abordando o tema da candidatura de Guimarães a Capital Verde, considerou haver ainda muito por fazer, nomeadamente na limpeza dos rios.

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Parlamentar do BE, fez a sua intervenção a respeito da atividade desenvolvida pela Câmara



Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir de reproduz:

*“Coisas que ainda não se fizeram. 74% da comunidade estudantil em Guimarães são alunos deslocados. Isto é treze a catorze mil estudantes. As residências no município só dispõem de mil e trezentas camas para este universo de estudantes. Ao abrigo da lei do plano de intervenção para a requalificação e construção de edifícios para o alojamento estudantil, a autarquia propõe-se requalificar o Convento Rosa Lima e a antiga escola de Santa Luzia. Segundo as últimas notícias, o Senhor Presidente admite não haver estudos e valores, também admite um prazo de dez anos para que o projeto venha a ser concluído, lembrando que ainda não foi iniciado. Enquanto isso, de acordo com a notícia divulgada pela RUM, vai nascer uma nova residência universitária em Guimarães, mas privada. O novo projeto, intitulado Aldeia Contemporânea, prevê um investimento de 15 milhões de euros na implementação de seiscentas e sessenta camas nas antigas instalações da fábrica Gabelex, na rua dos Mártires. O projeto é da responsabilidade da Capital Urbano, empresa sediada no Porto, especialista na reabilitação urbana e que, entre outras requalificações, esteve por trás da reconstrução da fábrica Asa, em Guimarães. Segundo declarações de um representante da Capital Urbano, o projeto da nova residência terá nascido de um desafio feito pela Câmara Municipal de Guimarães. Este projeto por muito bonito que seja não resolve o problema da escassez de residências e, é preciso que se entenda, que só aparece porque este é um bom negócio. Coisas que se fizeram boas e más! O parque de Camões foi um dos maiores investimentos emocionais deste último ano. Há pouco foi inaugurado com pompa e circunstância, e expectativa. A obra de arquitetura admite-se, não é das piores. O impacto do edificado não perturba em excesso. Poder-se-ia, até, congratular o obreiro pelo resultado. Mas a questão que permanece é: O*

*que fazer do investimento quando, por força do cumprimento do que está estabelecido no Roteiro para a Neutralidade carbónica dois mil e cinquenta, for imposta a retirada da circulação de automóveis da Cidade? No prazo de dez anos, isto é dois mil e trinta, espera-se reduzir as emissões carbónicas dos transportes em 43/46%. Por outro lado, a sustentação do parque baseada na retirada dos carros, precisamente na cidade, faz-nos questionar sobre qual é, afinal, o perímetro da cidade. Ainda a este respeito, gostaríamos de saber se apontamento verde do projeto, na sua cobertura, é um mero apontamento ou se a estrutura permite que se usufrua do espaço. Se sim, então por que razão ainda está em estado tão inacabado. Coisas estranhas! É da responsabilidade da Câmara e gestão e administração da Vimágua. Por essa razão, vimos aqui questionar as últimas notícias do Jornal Público, de 18 de setembro, que dão conta de um envolvimento da Vimágua na viagem a Istambul decorrida em dois mil e quinze que, de acordo com a acusação do Departamento de Investigação e Ação penal (DIAP) de Coimbra que os envolvidos “poderão não ter, igualmente, outra explicação que não tenha sido a criação por parte da mesma empresa do tal clima de permeabilidade ou de simpatia para posteriores diligências, a fundamentar, portanto, a prática autónoma de outros tantos crimes de recebimento indevido de vantagem”. De notar que uma investigação do DIAP de Braga em 2017, arquivou o caso. Mas pergunta-se, o que anda a Vimágua a fazer para os lados de Istambul? Ainda sobre a Vimágua, em vinte e um de setembro de dois mil e dezoito, mas só publicado na Base Gov um ano depois, a empresa municipal assina um contrato de adjudicação direto de serviço de tratamento de imagem com a Guimapress, SA, Grupo Santiago. Desde dois mil e dez, todos os anos, a Vimágua assegura a avença à empresa detentora de um órgão de comunicação social local. Pergunta-se: Por que razão precisa a Vimágua de tão preocupada gestão da imagem? Não tem*





*concorrentes, presta um serviço com recurso natural de todos e, mais importante, de primeira necessidade. Ainda se pergunta: Sendo a Câmara Municipal um dos acionistas e o administrador da empresa um quadro superior do PS e deputado desta Assembleia, admitindo que o serviço de tratamento de imagem seja absolutamente necessário, não vos parece que a contratação sistemática da mesma empresa, de comunicação social, tem por efeito condicionar a informação sobre a atividade da Câmara e das empresas municipais?” -----*

Foram solicitados esclarecimentos pelo membro Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, aos quais Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro respondeu. -----

**Mariana da Conceição Pereira da Silva**, do Grupo Parlamentar da CDU, fez a sua intervenção sobre a atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“O sol já não queima a pele, já sentimos até um arrepio de frio quando estamos à sombra, o Verão acabou. Acabou com ele a ilusão, o esquecimento, aquela leve certeza que os dias cumpridos nos trazem de que está tudo bem e tudo corre sobre rodas. Mas eis que lá vêm as notícias más, lá se relembram pecados velhos ou apenas se conclui que afinal o cheiro a faturas, o brilho das luzes e a música dos concertos em noite quente não foram capazes de fazer esquecer promessas antigas por cumprir. Se não vejamos: No início de mais um ano letivo a CDU volta a mostrar a sua preocupação para com a falta de oferta de menus vegetarianos nas cantinas das escolas da responsabilidade do município. Assim sendo, de que forma, senhora vereadora, se está a aplicar a lei? Existe a opção vegetariana ou continuam a restringir esta oferta apenas às crianças que os pais decidam ser essa a alimentação adequada? Terá sido debatido numa reunião de câmara a questão dos animais errantes, que circulam pelas diversas freguesias sem que o Centro de Recolha Oficial (CRO)*

*tenha a capacidade para os receber. Por isso, depois do envolvimento que é conhecido por todos, mas que tendem a fingir esquecimento, a CDU que deu o seu contributo para a revisão do seu regulamento e atenta às questões menos positivas, gostaria de saber hoje: como se encontra a capacidade do CRO? - Todos os animais alojados no CRO encontram-se esterilizados? - Têm aumentado os pedidos de recolha de animais errantes? - Em caso de resposta afirmativa desde que data? - Em que medida o apoio à associação ou associações de defesa e proteção animal tem ajudado no trabalho do município para uma campanha de adoção mais eficiente? - E por último para quando a ampliação do CRO, já existe uma data para se iniciarem as obras? (já contrataram a enfermeira?) E já que falamos em obras, para quando, senhor presidente, a realização das obras do crematório? Longos vão os argumentos, mais do que debatida está a necessidade desta estrutura. Longas vão também as promessas de que o processo está em andamento, mas os dias passam e o que assistimos é a uma promessa por cumprir. Em dois mil e três desistiram da construção do crematório durante a construção do Cemitério de Monchique. Em dois mil e dezasseis foi finalmente aprovado por maioria a proposta de concurso público para a concessão da conceção, construção e exploração do Crematório do Cemitério Municipal de Monchique, em Guimarães. A gestão deste equipamento teria sido entregue a uma empresa privada que teria a responsabilidade da sua gestão nas próximas décadas. Ora já estamos em dois mil e dezanove e quem pretender ser cremado em Guimarães ainda tem que recorrer aos concelhos e municípios vizinhos com mais respeito pelo último desejo de cada um.” -----*

**Augusto Rafael Capela Duarte**, do Grupo parlamentar do PS, começou por felicitar o Presidente da Assembleia pela iniciativa de realizar sessões noutras freguesias do concelho, o que é muito enriquecedor da democracia. Referiu que setembro marca o início do novo ano escolar e, na sequência,



lembrou que a Câmara Municipal, através do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes, fez uma aposta na redução do preço dos passes escolares, permitindo a todos os alunos das escolas de Guimarães, que vivem a mais de três quilómetros da sua escola, ter a totalidade do seu passe escolar pago pela Câmara Municipal e os que vivem a menos desses três quilómetros ver o seu passe reduzido para metade do valor. Sobre o grande investimento que foi feito na EB2,3 de Caldas das Taipas, elogiou a aposta do Partido Socialista em dotar o parque escolar vimaranense de equipamentos prontos para o futuro e capazes de melhorar as condições de ensino das nossas crianças e jovens. Referiu, também, que este início de ano letivo fica marcado pelo alargamento do regime de gratuitidade dos manuais a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória da rede pública de ensino, também pelo reforço das ofertas educativas nas escolas e pela promoção do transporte mais limpo e saudável e pela promoção das boas práticas de cidadania. Para terminar, referiu ser esta a marca de Domingos Bragança e do Partido Socialista, a aposta na educação e no desenvolvimento das atividades extracurriculares, que visam a adoção de comportamentos mais sustentáveis, a educação cívica e o enriquecimento cultural de todas as crianças e jovens. -----

**Rui Porfírio Lopes Silva**, Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, disse ser a primeira vez que sobe a este púlpito com tempo para intervir. Dado o pouco tempo de que dispunha para falar, perguntou, de imediato, para quando estava prevista a ligação de Gás na rua Dr. José Sampaio. Para terminar, solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal o pedido de uma audiência com o Presidente da Câmara em nome do Executivo da Junta da União das Freguesias a que preside, porque já o tinham feito por três vezes e não obtiveram resposta

a estes pedidos. -----

**Rui Miguel Ribeiro Correia**, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, iniciou a sua intervenção recordando que em abril de dois mil e dezassete, na página do *facebook* do Partido Socialista de Guimarães, anunciava-se o projeto de desnivelamento do nó de Silvaes, com a legenda “obra a construir aquando da via do AvePark”. Recordou, depois, que em meados de maio desse ano o Presidente da Câmara garantiu esse desnivelamento em reunião de câmara, após ter dado conta de ter estado reunido com a Administração das Estradas de Portugal. Recordou, também, que, passado pouco mais de um ano, em outubro de dois mil e dezoito, o Presidente garantira que o concurso seria lançado dali a um mês, ou seja, em novembro de dois mil e dezoito, e de que tudo faria para que a obra fosse iniciada e concluída em dois mil e dezanove. Recordou, ainda, que só em dois mil e dezanove é que as Infraestruturas de Portugal lançaram o concurso público, com um prazo de execução de trezentos e sessenta dias, pelo que gostariam de saber que alternativas teriam durante este período de execução. Depois, referiu que, em julho de dois mil e dezanove, o Presidente da Câmara anunciara que havia três concorrentes ao concurso e que já decorriam as audições prévias, mas agora, após a imprecisão, havia alertado para o facto de que a obra teria que ser aprovada pelo Tribunal de Contas. Perante o exposto, disse terem consciência de que muito dificilmente a obra ficará concluída antes do final de dois mil e vinte, mas que o dizia com a tristeza de quem lá passa e sofre no dia-a-dia. Na sequência e tendo em conta os comentários que foram feitos ao *outdoor* da Coligação Juntos Por Guimarães, que dizia “*Fazemos em doze meses o que não foi feito em doze anos*”, disse estar na hora de perguntar, afinal quem é que anda a enganar os vimaranenses, pois muito provavelmente a obra só estará concluída na altura da próxima campanha para as eleições autárquicas. -----



Foram solicitados esclarecimentos pelo membro Nelson José Guimarães Felgueiras, aos quais Rui Miguel Ribeiro Correia respondeu. -----

**Paulo Rui Lopes Pereira da Silva**, do Grupo Parlamentar do PS, fez a sua intervenção sobre a atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Queria começar esta intervenção dirigindo-me especialmente ao público aqui presente. Esta é a primeira reunião da Assembleia Municipal de Guimarães descentralizada. Uma medida que resulta de um acordo entre todos os partidos, aquando da revisão do regimento deste órgão autárquico, e de um conjunto de medidas mais alargadas de aproximação da Assembleia aos eleitores. A sessão de hoje é transmitida online e estamos aqui, fora do local habitual, proporcionando em melhores condições a participação in loco de mais eleitores do nosso concelho. Esta é uma medida que reforça a visibilidade do órgão deliberativo da Autarquia vimaranense. É por isso com satisfação que vejo a adesão popular a esta assembleia municipal e congratulo-os por terem respondido afirmativamente a este repto de aproximação que a Assembleia Municipal lançou. Este, como dizia, é o órgão deliberativo do Município de Guimarães. E é nele que se fiscaliza a ação do Executivo Municipal. Neste ponto, da Análise da Atividade da Câmara, não havendo lugar à deliberação, há lugar à verificação da concretização do compromisso assumido com os vimaranenses. Alargando um pouco o espectro temporal, e olhando para a Análise da Atividade do Executivo que está prestes a fazer dois anos de mandato, recorro hoje a intervenção que há um ano aqui fiz. Analisava à data as concretizações do primeiro ano e chamava à atenção para o que está feito e o que está por fazer. A conclusão era simples: mais de metade dos 30 compromissos com Guimarães conheciam novidades. Tínhamos acabado de ver mais de dezena e meia de inaugurações em tantas*

*outras freguesias do concelho, era inaugurada a 1ª fase da Ecovia, estava lançado o Portal do Associativismo, atribuídas as Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, submetida a Candidatura a Cidade Amiga das Crianças ou concretizados projetos como o ABEM e a atribuição de medicamentos de forma gratuita aos cidadãos seniores. Apontei na altura alguns dos passos seguintes. É que a ação política deste executivo, ao contrário do que alguns querem fazer passar, faz-se de ações concretas e de cumprimento e não apenas de anúncios. Hoje, dos próximos passos que apontava à data, Parque da Caldeiroa, Adarve da Muralha e EB 2,3 de Caldas das Taipas são realidades inauguradas e em funcionamento. O primeiro permite continuar o desenho da progressiva pedonalização ou coexistência entre o automóvel e os meios suaves no centro da cidade. Uma obra que se pautou pela quase total ausência de incómodo para quem usa o centro da cidade, ou lá vive, ao contrário do que tantos arautos da desgraça apregoavam. Uma obra que concretiza um primeiro passo fundamental e estruturante da recuperação urbanística de um importante núcleo central de Guimarães, abrindo agora espaço aos próximos passos nas ruas contíguas e na definição da circulação automóvel e dos percursos circundantes. No que concerne ao Adarve da Muralha, este é mais um importante ícone na visita turística do centro histórico e na estratégia de preservação patrimonial através da sua utilidade e funcionalidade. Poder subir a Avenida Alberto Sampaio, por dentro das muralhas, conhecendo o interior do quarteirão da Colegiada da Oliveira e com vistas privilegiadas para o topo do Paço dos Duques, gera atratividade em quem nos visita e torna quem vive num defensor participante da nossa história e das pedras que dela fazem parte. Uma das vilas mais urbanizadas e importantes do concelho de Guimarães tem agora também uma EB 2,3 compatível com a sua dimensão e qualidade. Com o devido ajuste que o tempo imediatamente posterior às grandes obras obriga, estamos perante*



*um investimento importante, mas que se traduz numa melhoria muito significativa do parque escolar vimaranense. É, no fundo, dar condições materiais a um projeto educativo que dá cartas e faz escola um pouco por todo o país. Três grandes equipamentos de enorme qualidade e que acrescentam camadas de qualidade na Mobilidade, Património Cultural e na Educação. Três eixos fundamentais para o projeto político do Partido Socialista em Guimarães. Volto à intervenção de há um ano atrás, para reconhecer que há ainda assuntos por fechar, não estivéssemos nós a meio do mandato. Teatro Jordão. Este importante equipamento cultural e de ensino artístico está em fase de obra e a andar a bom ritmo. Não acontecendo nada de muito anormal e no rescaldo dos três anos de mandato, poderei estar provavelmente aqui de volta com mais um equipamento inaugurado e com função atribuída. Campus de Justiça. No passado mês de Março a Sra. Ministra da Justiça esteve em Guimarães para assinar o Protocolo com o Sr. Presidente da Câmara, firmando uma realidade que se edificará nos terrenos onde está já um Centro Escolar e a Academia de Ginástica. Mais um assunto que conheceu novidades, tem contrato assinado e será uma realidade. Deixo para o fim as últimas referências daquela intervenção que, de uma forma ou de outra, dizem respeito ao AvePark. A sua via, com início no desnivelamento do Nó de Silvaes e o Instituto Cidade de Guimarães. Sobre este último, há um contrato assinado com o Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, desde 2014. Aguardamos, por isso, novidades a qualquer momento sobre esta matéria. No que toca à Via do AvePark e ao desnivelamento do Nó de Silvaes, sabemos o ponto de situação, mas nem todos olhamos para as novidades com os mesmos olhos. Desde logo, estou hoje mais descansado e sei que não terei que voltar a explicar nesta*

*Assembleia que a obra de Silvaes não está na dependência do Município de Guimarães. É uma obra da Infraestruturas de Portugal e, por isso, do poder central. Deixo de precisar de o explicar, porque a nossa oposição à direita já finalmente o compreendeu. Quando estavam Juntos Por Guimarães, colocavam cartazes a dizer que resolveriam o problema num ano. Deixaram de estar “Juntos”, mas continuaram por Guimarães, e voltaram a perguntar à Câmara quando estaria resolvido o assunto. Hoje, quando até já nem é por Guimarães, e os cartazes daquela rotunda durante uns dias até foram Por Braga, reconhecem que a obra diz respeito ao poder central e já se atiram ao Governo. Afinal o que iam resolver num ano, não era sequer da sua responsabilidade? A tática é sempre a mesma, só mudam as eleições e o lugar a que o mesmo protagonista se candidata. A obra foi para concurso, houve um incidente concursal, mas sendo sanado chegará a bom porto e acabará por ser adjudicado e entrar em obra. Não por nossa responsabilidade, é certo. Mas já o atraso não o era. Estamos a meio do mandato e o balanço é francamente positivo, no que às grandes obras diz respeito, e aos 30 compromissos com Guimarães concerne mais concretamente. A expectativa contínua alta, mas a concretização continua a acompanhar. Palavra dada é mesmo palavra honrada, e a política por cá continuará a fazer-se de concretizações e não de anúncios ou cartazes. Seguiremos aqui, Sr. Presidente. Eu ia dizer Juntos, mas parece que dá azar. Unidos e por Guimarães.” -----*

Foram solicitados esclarecimentos pelos membros Rui Miguel de Meira Barreira e João Victor Salgado Almeida, aos quais Paulo Rui Lopes Pereira da Silva respondeu. -----

**Domingos Bragança**, Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, referiu, em primeiro lugar, que o desnivelamento do nó de Silvaes já é um não assunto. Contudo,





explicou que o projeto foi elaborado, foi lançado o concurso da obra e encontra-se em fase de adjudicação. Explicou, ainda, que existe um concorrente que se opôs à adjudicação ao concorrente que ganhou esse concurso, o que terá de ser resolvido pelas Infraestruturas de Portugal, de acordo com a contratação pública, provocando algum atraso na concretização da obra. Relativamente à via do AvePark, anunciou já estar a obra protocolada, com projeto concluído, encontrando-se em análise ambiental, que, embora não sendo obrigatório, havia entendido, por bem, remeter para estudo de impacto ambiental para aprovação pelas entidades responsáveis. Sobre a questão das residências universitárias, anunciou que a Câmara Municipal assumiu converter a antiga escola de Santa Luzia em residência universitária, com a ajuda do Governo e da Fundiestamo e com a cooperação da Universidade do Minho. Ainda sobre o tema, disse que eram bem-vindos os investimentos privados, pois só o investimento público não resolve a falta de alojamento universitário. Depois, evidenciou a importância do parque de Camões para a revitalização do comércio e da zona habitacional de todo o quarteirão. Prosseguindo, a propósito da intervenção do membro Rafael Duarte, assegurou que a aposta na Educação é um pilar fundamental da política municipal. Informou, seguidamente, que o projeto para ampliação do Centro de Recolha Oficial está a ser elaborado, com a maior celeridade possível, para se poder avançar com a obra. Já no que toca ao Crematório, comunicou que o concurso e a adjudicação já foram feitos. Porém, o adjudicatário tem vindo a levantar alguns problemas e a colocar o objeto do concurso em questão, sendo que a Câmara Municipal está a tentar que o concorrente cumpra exatamente nos termos em que assinou o respetivo contrato de conceção, construção e gestão. Por fim, informou estar totalmente disponível para dialogar com o Presidente da Junta da

União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, como acontece com todos os outros presidentes de junta, referindo que por vezes alguns dos pedidos de audiência não chegam à sua mão. -----

Foram solicitados esclarecimentos pelos membros Mariana da Conceição Pereira da Silva, Rui Miguel Ribeiro Correia, Emídio Guerreiro e Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, aos quais Domingos Bragança respondeu. -----

PROCESSO DESCENTRALIZAÇÃO -----

**4 - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS ÁREAS PORTUÁRIO-MARÍTIMAS E ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÓMICO NÃO AFETAS À ATIVIDADE PORTUÁRIA - DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO – NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA OS ANOS DE 2019 E 2020.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Processo de Descentralização - Transferência de Competências nas Áreas Portuário-Marítimas e Áreas de Desenvolvimento Turístico e Económico Não Afetas à Atividade Portuária - Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio – Não aceitação das Competências para os anos de 2019 e 2020”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**5 - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - ÁREAS PROTEGIDAS DE ÂMBITO NACIONAL (DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21 DE AGOSTO) - NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Processo de Descentralização - Transferência de Competências - Áreas Protegidas de Âmbito Nacional (Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto) - Não aceitação das Competências para o Ano de 2019”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e



dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 4 e 5, por unanimidade. -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

**Ângela Ivone Rodrigues Oliveira**, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, pronunciou o seguinte: *“Naturalmente que o CDS-PP acompanha a proposta de não aceitação da transferência de competências para o Município. Mais uma vez o Governo nos obrigou a votar o nada, e o nada é um processo que está inquinado desde o início, o nada é mentir sobre o processo de descentralização, é obrigar uma e outra vez a Assembleia a votar sim ao não. Claro é pois que, sendo favoráveis à descentralização, não concordamos com o caminho que este Governo tem tomado, muito menos que nos faça perder tempo, como o nada que insiste em apresentar.”* -----

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS -----

**6 - CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE €12.000.000,00.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Contratação de um Empréstimo de Longo Prazo no Montante de doze milhões de euros”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

REGULAMENTOS -----

**7 – IMPACTA - APROVAÇÃO DE PROJETO DE REGULAMENTO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “IMPACTA - Aprovação de Projeto de Regulamento”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e

dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **8 – REGULAMENTO DO RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Regulamento do Reconhecimento de Isenção de Taxas Urbanísticas no âmbito do Desenvolvimento da Atividade Agrícola e Pecuária”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia quatro de julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**Hugo Francisco Monteiro Teixeira**, do Grupo Parlamentar do PS, fez uma intervenção sobre o projeto de regulamento IMPACTA, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Neste ponto da ordem de trabalhos, esta Assembleia analisará e deliberará sobre o projeto de regulamento denominado de IMPACTA (Investimento Municipal em Projetos e Atividades Culturais, Territoriais e Artísticas). Este projeto, surge como um determinante instrumento para a prossecução de uma estratégia de décadas, definida pelos sucessivos Executivos socialistas, no contexto cultural em Guimarães. Se é facto assente que essa estratégia se tem revelado um enorme sucesso, tendo tido como principal marco, a Capital Europeia da Cultura em 2012, também é claro que com o passar do tempo, novos desafios surgem no setor e como tal, novas medidas importam aplicar. É imperativo, nos dias de hoje, que o Município crie condições para que os agentes que prossigam fins culturais e artísticos se adaptem às novas realidades do setor cultural local, nacional e internacional. Nesse sentido, o IMPACTA vem concretizar objetivos que permitem mitigar essas mesmas dificuldades. Desde logo, a valorização do papel do tecido associativo cultural e artístico do concelho. Um tecido no qual se inserem, os principais agentes da Cultura em Guimarães. A homogeneização criada neste regulamento, concentrando nele*



*todos os apoios existentes (quer financeiros, quer não financeiros) e conseguindo uma clara perceção sobre os mesmos, que auxilia todos aqueles que a eles se candidatem. A inovação que traz, no âmbito da criação artística e da internacionalização, com novos apoios a várias áreas, a atribuir mediante o preenchimento de determinados critérios. Critérios esses, que agora, com a inclusão de júris que este regulamento prevê, se tornam ainda mais claros, permitindo por sua vez uma melhoria na avaliação da grande maioria dos projetos, e a certeza de uma contínua transparência na gestão e atribuição de todos estes apoios. Também os apoios a áreas que agora surgem, como as novas formas de edição (digital, musical e videográfica), o IMPACTA revela a visão do Município na necessidade da adaptação e adequação a um setor em constante transformação. Igualmente no apoio à investigação, através da criação e atribuição de bolsas para aqueles que ou residam em Guimarães ou cujo projeto se relacione com a Cultura no Município de Guimarães, denotando uma preocupação com a diversificação e qualificação do setor cultural vimaranense. Todas estas medidas, e todas as outras que se encontram inscritas neste projeto de regulamento, servem o propósito claro, traçado por este Executivo liderado por Domingos Bragança, de criar ferramentas para que o território e os seus agentes continuem a crescer culturalmente de forma autónoma. O Município cria as condições de estabilidade necessárias ao setor, na certeza de que todos os interessados, farão o seu papel, tal e qual como o têm feito até agora. Um papel de constante valorização e dignificação da Cultura em Guimarães, de uma forma sustentada e também coesa por todo o território. O IMPACTA garante a todos aqueles, que pretendam ver as suas ideias postas em prática e que pretendam contribuir para o setor cultural no nosso território, que o possam fazer de forma livre, com o apoio do Município. Um Município que merece*

*congratulação, pois como disse inicialmente, há muito definiu a área da Cultura como uma das principais marcas que Guimarães tem para oferecer ao mundo.”* -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 7 e 8, por unanimidade. -----

URBANISMO -----

**9 – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE GUIMARÃES.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Estratégia Local de Habitação de Guimarães”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **10 – CNE - ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA OBSERVATÓRIO DA AVIFAUNA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “CNE - Escutismo Católico Português - Certidão de Interesse Público para Observatório da Avifauna”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezoito de julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **11 - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - DANIEL PAULO NOVAIS DE CARVALHO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Certidão de Interesse Público Municipal - Daniel Paulo Novais de Carvalho”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia quatro de julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**Emídio Guerreiro**, do Grupo Parlamentar do PSD, usou da palavra para falar sobre a Estratégia Local da Habitação de Guimarães, realçando a importância do documento, que seguirá para discussão pública, desejando que esta seja profícua e, nesse sentido, exortou todos os interessados (proprietários, associações de inquilinos, pessoas com interesse em



alojamento local, etc.) a darem os seus contributos para que, em devido tempo, se possa analisar e estudar esses contributos para se aprovar um documento que é importante para a estratégia do Município. Referiu, depois, terem percebido que, paralelamente, foi a forma encontrada, positiva também, para resolver alguns problemas existentes, nomeadamente, o caso emblemático da Emboladoura. -----

**Marta Abreu Coutada**, do Grupo Parlamentar do PS, fez uma intervenção relativa à Estratégia Local de Habitação de Guimarães, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“O direito à habitação encontra-se constitucionalmente consagrado, sendo a base de uma sociedade estável e coesa e constituindo um dos pilares fundamentais de um verdadeiro Estado Social. Após largos anos de uma política pública de habitação insuficiente, centrada apenas na resposta a situações de enorme carência habitacional, e estagnada, sem ter em consideração as alterações entretanto ocorridas nos modos de vida e condições socioeconómicas das pessoas, o atual Governo, em Maio 2018, lançou uma Nova Geração de Políticas de Habitação que rompe com o paradigma vigente. Pela primeira vez, a política pública de habitação é dirigida a todas as pessoas, e não apenas às pessoas com menos rendimentos, garantido o acesso de todos a uma habitação adequada, alargando, para o efeito, o âmbito de beneficiários e diversificando os instrumentos de política. Pela primeira vez, uma política pública entende a habitação no seu sentido mais amplo de habitat, considerando o contexto físico e social com que as pessoas se identificam. Pela primeira vez, a política pública de habitação considera a reabilitação do edificado e a reabilitação urbana como parte importante e predominante da solução. E, pela primeira vez, a política pública de habitação reconhece o papel fundamental e imprescindível que os Municípios podem desempenhar na sua*

*implementação de forma eficaz e eficiente, pela sua grande proximidade às pessoas e ao território e, logo, pela noção mais precisa das necessidades presentes. É, neste enquadramento, que surge a Estratégia Local de Habitação elaborada pelo Município de Guimarães e aprovada na reunião do seu Executivo do passado dia doze de setembro. A Estratégia Local de Habitação é um documento de planeamento e programação constitutivo de uma estratégia de atuação sobre o tema da habitação indigna, ou seja, sobre situações de precariedade e insalubridade habitacionais, sobrelotação e falta de acessibilidade universal, resposta a situações especiais de sem-abrigo e violência doméstica, priorizando, física e financeiramente, as soluções habitacionais que se deseja ver desenvolvidas em Guimarães. Não constituindo, por si só, a estratégia e a política habitacional do município, a Estratégia Local de Habitação constitui uma parte daquelas, sendo um passo indispensável para a sua formação e consolidação. Importa, ainda, salientar que esta Estratégia Local de Habitação é um documento indispensável para o acesso do Município aos apoios financeiros previstos no programa “1º Direito” que promove o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para encontrar uma solução habitacional condigna. Estamos, assim, perante um documento que apresenta uma série de características positivas que importa aqui salientar: Desde logo, a clareza com que está escrito e estruturado, percebendo-se com facilidade a sua missão. Para além disso, fornece-nos um retrato fiel e detalhado da realidade habitacional do município. Efetua, ainda, este documento, uma reflexão crítica sobre o passado e as práticas existentes, refletindo sobre o que foi mais e o que foi menos eficaz e valorizando boas práticas já existentes, nomeadamente, a criação da CASFIG, a criação do Subsídio Municipal ao Arrendamento, o realojamento em residência partilhada, o apoio à reabilitação de habitações*





*já existentes, de entre outros. Ou seja, reflète sobre o passado de maneira a apontar o melhor caminho para o futuro! Neste seguimento, aponta três conjuntos diferentes de soluções tendo em linha de conta as especificidades de cada caso, e que poderão passar pela construção, incluindo a reabilitação, a adaptação, a ampliação e a demolição de habitação, poderá passar pelo apoio, designadamente o subsídio municipal ao arredamento, e poderá passar pela partilha, como a criação de habitação partilhada por várias pessoas individuais. E, para além disso, esta Estratégia prioriza os investimentos necessários para a sua concretização a 6 anos, com a respetiva estimativa orçamental. Mas para além de tudo que já referi, permitam-me ainda destacar 3 elementos diferenciadores desta Estratégia Local de Habitação: Em primeiro lugar, a metodologia participativa e de envolvimento que esteve presente na sua elaboração e que se perspetiva que se mantenha na sua permanente monitorização e atualização. De facto, o Município envolveu na elaboração da estratégia uma 'serie' de atores, desde Juntas de Freguesia, a IPSS's e outras instituições e/ou serviços, indispensáveis à recolha, o mais exaustiva possível, de todas as situação de habitação indigna existentes no concelho; Em segundo lugar, a oportunidade da elaboração deste documento, sendo Guimarães dos primeiros municípios a aprovar a sua estratégia, reunindo assim as condições para aceder rapidamente aos financiamentos disponíveis no âmbito do programa "1º Direito". Mais uma vez, a Câmara Municipal viu a oportunidade e agarrou-a; Por último, mas não menos importante, muito pelo contrário, o carácter humanista desta Estratégia, centrada nas pessoas e nas suas necessidades, não só prevendo soluções adequadas às realidades individuais, mas também por ter sempre em linha de conta os princípios da identidade, da afetividade, do conforto e partilha, e do envolvimento. Termina, felicitando em nome da*

*bancada do Partido Socialista, Câmara Municipal de Guimarães, na pessoa do seu Presidente, pelo excelente trabalho apresentado, estando certos que tudo fará para concretizar o que neste documento se encontra identificado.”*

**Domingos Bragança**, Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra esclarecendo que a Câmara Municipal desenvolveu este documento de estratégia local de habitação, um documento merecedor de discussão e reflexão, tendo como preocupação central resolver o problema da habitação indigna, como é o caso dos bairros sociais de Gondar e da Nossa Senhora da Conceição. -----

A Assembleia **DELIBEROU** da seguinte forma: -----

**APROVAR** o ponto 9, por maioria, com **82 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 8 eleitos da PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP e 1 eleito do BE) e **3 abstenções** (3 eleitos da CDU).-

**APROVAR** o ponto 10, por unanimidade. -----

**APROVAR** o ponto 11, por maioria, com **82 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 8 eleitos da PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP e 1 eleito do BE) e **3 abstenções** (3 eleitos da CDU).-

ATIVIDADES ECONÓMICAS -----

**12 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 9 DE JUNHO DE 2014 COM A EMPRESA CANTARIAS BADIM, LDA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 9 de junho de 2014 com a empresa Cantarias Badim, Lda.”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **13 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS**



**TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017 COM A EMPRESA TERRAPLANAGENS FALCÃO, LDA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 30 de junho de 2014 e posterior adenda datada de 11 de dezembro de 2017 com a empresa Terraplanagens Falcão, Lda.”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **14 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 22 DE ABRIL DE 2017 COM A EMPRESA ABÍLIO SALGADO MENDES, LDA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 22 de abril de 2017 com a empresa Abílio Salgado Mendes, Lda.”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **15 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017 COM A EMPRESA VELURA - TÊXTEIS UNIPESSOAL, LDA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 24 de fevereiro de 2017 com a empresa Velura - Têxteis Unipessoal, Lda.”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa

ao livro de atas. **16 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 9 DE FEVEREIRO DE 2018 COM A EMPRESA ACR EUROPA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO INDUSTRIAL E DOMÉSTICO, LDA.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 9 de fevereiro de 2018 com a empresa ACR EUROPA - Indústria e Comércio de Produtos Químicos para uso Industrial e Doméstico, LDA”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**17 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 24 DE OUTUBRO DE 2017 COM A EMPRESA TRAÇOS SINGELOS, LDA.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 24 de outubro de 2017 com a empresa Traços Singelos, Lda.”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**18 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 29 DE MARÇO DE 2017 COM A EMPRESA GUIMABOMBAS - IMPORTAÇÃO DE BOMBAS AUTOMEDIDORAS, LDA.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 29 de março de 2017 com a empresa Guimabombas - Importação de Bombas Automedidoras, Lda.”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui



se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **19 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 6 DE JUNHO DE 2017 COM A EMPRESA MARCANDE - PRODUTOS QUÍMICOS, LDA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 6 de junho de 2017 com a empresa Marcande - Produtos Químicos, Lda.”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** as propostas constantes dos pontos 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, por maioria, com **84 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 8 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP e 3 eleitos da CDU) e **1 abstenção** (1 eleito do BE). -----

RECURSOS HUMANOS -----

**20 - ESTRUTURA ORGÂNICA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO – CRIAÇÃO DA DIVISÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES E DE INFORMAÇÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Estrutura Orgânica – Proposta de Alteração – Criação da Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-

**A Assembleia DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **84 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 8 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **1**

**voto contra** (Rui Miguel Meira Barreira – CDS-PP). -----

**21 - RECRUTAMENTO DE DIRIGENTES - DESIGNAÇÃO DE JÚRI.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, a proposta designada por “Recrutamento de Dirigentes - Designação de Júri”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**RESULTADO DA VOTAÇÃO:** SIM = 69 votos; NÃO = 7 votos; BRANCOS = 7 votos; NULOS = 0 votos. -----

**CONTRATAÇÃO SERVIÇOS** -----

**22 - CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Guimarães”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **23 - CONCURSO PÚBLICO N.º**

**8/19 - AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - ABERTURA DE CONCURSO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Concurso Público n.º 8/19 - Aquisição de Gasóleo Rodoviário a Granel - Abertura de Concurso e Aprovação da Repartição de Encargos pela Assembleia Municipal”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **24 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES**

**ESCOLARES DE ALUNOS DO 1.º CEB - ANO LETIVO 2019/2020 - RETIFICAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.** Submete-se à apreciação e



votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Aquisição de serviços de transportes escolares de alunos do 1.º CEB - ano letivo 2019/2020 - Retificação da repartição de encargos”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezoito de julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**Armindo José Ferreira da Costa e Silva**, do Grupo Parlamentar do PS, fez uma intervenção relativa ao lançamento do concurso público internacional para a Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Guimarães, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Esta Assembleia Municipal vai apreciar, discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal relativa ao lançamento do concurso público internacional para a Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Guimarães. Após o Município se ter constituído como Autoridade de Transportes em outubro de dois mil e dezasseis, (na sequência da aprovação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros em dois mil e quinze), a Câmara Municipal contratou uma empresa especializada no desenvolvimento de redes de transportes e um consultor jurídico, para em articulação com os serviços municipais, desenvolverem um Plano para a Exploração do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros e para a elaboração das peças do procedimento concursal. Neste contexto, foi realizada a caracterização do território, o diagnóstico da atual rede de transportes e o levantamento da oferta e da procura. Foram identificadas as principais debilidades da rede atual, nomeadamente, um desenvolvimento radial na ligação à cidade, desajustado à matriz urbana policêntrica do nosso território, a existência de locais com sobreposição das linhas urbanas com as*

*linhas interurbanas, uma cobertura deficitária nos períodos noturno e nos fins-de-semana, autocarros com idade elevada nos interurbanos, tarifários individualizados por operador e informação ao público escassa e incompleta. Perante este diagnóstico, o desenho da nova oferta de transporte público é alicerçado na rede atual, sendo o serviço público reforçado de modo muito significativo, na cobertura das freguesias e das zonas industriais e dando resposta aos atuais constrangimentos. As principais melhorias das redes referem-se à: A) Criação de três novas linhas municipais: 1- Lordelo (Estação da CP, Zona Industrial de Mide e centro cívico), passando por Guardizela, Serzedelo, Pevidém, Brito, até Silvares (junto ao espaço comercial); 2 - Silvares (espaço comercial), Ponte (Campelos, centro saúde, parque industrial, centro cívico), Taipas (centro Vila) e Barco (AvePark); 3 - Serzedelo, Gandarela (Zona Industrial), Moreira de Cónegos e Lordelo (estação da CP). B) Ao reforço das linhas municipais pela integração da rede urbana no final da atual concessão dos TUG, a um de março dois mil e vinte e um, (...designadamente, as linhas do centro urbano, do arco Vilar, Selho S. Lourenço, Aldão e Margaride, do arco Pevidém, Selho S. Cristóvão, Candoso S. Martinho, Candoso S. Tiago, Santo Amaro e Covas...), o prolongamento da linha que termina em Nespereira para Conde e Moreira de Cónegos e a extensão da linha que termina em Belos Ares a Paço Vieira e ao cemitério de Monchique. C) À promoção da comodidade com o operador a contratualizar pela CIM do Ave, expandindo as articulações vigentes. (... Este princípio será igualmente aplicado em Ronfe, Vila onde participam outras Autoridades de Transportes, CIM do Ave e Município de Famalicão, com as quais Guimarães assumiu a tutela das linhas, e que, no âmbito da elaboração anual do Plano de Rede e Oferta, poderão ser objeto de alteração e ou beneficiação, no decurso da sua utilização ...). Assim, teremos um acréscimo de oitocentos mil quilómetros/ano de serviço público de transportes, um crescimento de cerca*





*de 26% face à atual cobertura. A nova concessão também terá reflexos na modernização e na qualidade da frota dos autocarros. Estes serão elétricos nas linhas com maior incidência urbana, e a frota terá uma idade média de dez anos e máxima de dezasseis anos, acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada, com piso rebaixado, informação de viagem, ar condicionado e serviço Wi-Fi. No que ao modelo tarifário diz respeito, este basear-se-á na relação preço distância e possibilitará a integração com outras autoridades de transportes intermunicipais, designadamente, com a CIM do Ave. As principais melhorias introduzidas ao modelo consistem na passagem de um tarifário à linha para um tarifário multilinhas, de rede, bem como, a despenalização dos transbordos, sendo a viagem válida durante noventa minutos. Em termos financeiros, os encargos previstos para um cenário pessimista serão de cerca de oitenta e três milhões (83.794.276,00), repartidos por vinte e três milhões (23.450.000,00) para investimento e sessenta milhões (60.344.276,00) para custos sem amortizações. A compensação pelo serviço público ascenderá a trinta milhões (30.394.456,00) para o total dos dez anos da concessão, que terá início a um de agosto de dois mil e vinte. Neste contexto, o que está a ser colocado à apreciação desta Assembleia, atento o prazo legal de três de dezembro de dois mil e dezanove para o lançamento do concurso público internacional, é a aprovação das condições gerais previstas no Código da Contratação Pública, vertidas no Programa de Concurso e no Caderno de Encargos. A proposta prevê ainda a autorização para que a Câmara Municipal aprove os anexos a estes documentos que ainda se encontram em elaboração pelos consultores técnicos e jurídicos, as eventuais alterações propostas por estes, pelos serviços municipais ou as que resultem do parecer vinculativo a ser emitido AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, desde que não*

*alterem substancialmente as condições gerais constantes dos documentos em análise. Concluo, para em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratular o Executivo Municipal, pela visão estratégica para a mobilidade futura dos vimeirense, criando uma rede municipal de transportes facilitadora da mobilidade e da acessibilidade para a generalidade dos cidadãos, reforçando a coesão social e a coesão territorial do Município, visando a mudança gradual do modo de deslocação em viatura particular para o transporte coletivo, promovendo a progressiva descarbonização dos transportes, a redução gradual das emissões com efeito de estufa, o combate às alterações climáticas, concorrendo, assim, para o desígnio nacional da neutralidade carbónica em dois mil e cinquenta.” -----*

Foram solicitados esclarecimentos pelos membros Ângela Ivone Rodrigues Oliveira e Emídio Guerreiro, aos quais Armindo José Ferreira da Costa e Silva respondeu. -----

A Assembleia **DELIBEROU**, da seguinte forma: -----

**APROVAR** o ponto 22, por maioria, com **78 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 8 eleitos do PSD e 11 Presidentes de Junta do PSD), **3 abstenções** (3 eleitos do CDS-PP) e **4 votos contra** (3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE). -----

**APROVAR** o ponto 23, por unanimidade. -----

**APROVAR** o ponto 24, por maioria, com **84 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 8 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP e 3 eleitos da CDU) e **1 votos contra** (1 eleito do BE)

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, em nome do Grupo Parlamentar do BE, proferiu o seguinte: *“O Bloco de Esquerda votou contra o ponto vinte e dois e vinte e quatro por ser já demais conhecido qual é a nossa posição sobre estas duas matérias. Na questão dos transportes públicos, é sabido*



*que nós defendemos a municipalização dos serviços e nos transportes escolares defendemos a criação de um transporte escolar exclusivo.” -----*

**Mariana da Conceição Pereira da Silva**, em nome do Grupo Parlamentar do CDU, proferiu o seguinte: *“A CDU foi contra desde o início, a assunção do Município de Guimarães como Autoridade de Transportes. Esta responsabilidade deveria ser do Estado ou, então, do Município. O transporte público não tem que dar lucro e, por isso, parece-nos que vamos ter de ficar mais dez anos impedidos de fazer qualquer alteração, caso depois haja aqui necessidade de adaptações e, se calhar, o concelho fica, outra vez, sem estar coberto pelo transporte público como é tão necessário.” -----*

ENTIDADES PARTICIPADAS -----

**25 – ASSOCIAÇÃO CYBERCENTRO DE GUIMARÃES - PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Associação Cybercentro de Guimarães - Projeto de Dissolução e Liquidação”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **26 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA A OFICINA – 2020.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Contrato Programa com a Cooperativa A Oficina – Ano de dois mil e vinte”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**Emídio Guerreiro**, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, usou da palavra para recordar que o seu grupo parlamentar havia apresentado uma série de requerimentos, através da Mesa da Assembleia, onde solicitava à Câmara algumas informações relativas à Associação Cybercentro, nomeadamente

relatórios de gestão e relatórios de contas dos últimos anos, requerimentos que nunca obtiveram a devida resposta. Assim sendo, estando em votação a sua liquidação e dissolução, entendeu que a Assembleia Municipal não devia aceitar que este processo fosse dado por concluído sem que essa documentação fosse enviada ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. -----

Após a intervenção, o **Presidente da Mesa** esclareceu que não tinha conhecimento de que havia requerimentos que não tiveram a devida resposta. A ser assim, comunicou que a Mesa, obviamente, solicitará à Câmara Municipal a devida resposta, que será enviada ao requerente. -----

**Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro**, do Grupo Parlamentar do PS, fez uma intervenção sobre as duas propostas em análise, lendo, em voz alta o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Na política, como na vida, a história far-se-á dos que, no seu devido tempo, viram à frente desse mesmo tempo. Daqueles que anteciparam a evolução e o desenvolvimento, daqueles que, por via da sua responsabilidade política, procuram fomentar o conhecimento, a cultura e a disponibilização de novas ferramentas de aprendizagem. Como sabemos, quando em dois mil e dois o Município de Guimarães constituiu a Associação Cybercentro de Guimarães para intervir na área das tecnologias da informação, comunicação e multimédia, pretendeu criar uma associação que, entre outras funções, fosse capaz de promover a transferência de conhecimento e a utilização das tecnologias, procurando uma estreita colaboração com outras entidades públicas e privadas e fomentando o acesso e uso mais facilitado dessas mesmas tecnologias de informação. Ao longo dos últimos anos, o Cybercentro cumpriu plenamente a sua função, assumindo um papel extremamente relevante na sociedade vimaranense. Os elogios transversais à sua ação e atividades traduzem, de forma clara, aquilo que foi o serviço prestado pelos*



*profissionais que da mesma fizeram parte. Assim, deve ser reconhecido o trabalho realizado, ao longo destes anos, bem como a posição do Município de Guimarães na criação desta Associação. Hoje, num contexto diferente, com as alterações radicais dos instrumentos de trabalho e com o acesso bem mais facilitado à informação e ao avanço da tecnologia, os propósitos que estiveram na génese do Cybercentro estão concluídos e, também por isso, a opção da extinção da Associação é a consequência lógica desse mesmo desfecho, seguida também por outros centros deste país. No contexto das Entidades Participadas, importa salientar o novo contrato programa com a cooperativa Oficina. A aposta do Município na Cultura é traduzida pelo reforço do subsídio de cerca de duzentos mil euros, um incremento que se deve ao reforço da Educação e Mediação Cultural. Como sabemos as Atividades de Enriquecimento Curricular de Artes passaram para a Oficina e, hoje, a oferta de Artes Performativas é dada a todos os alunos do pré-escolar e aos trinta e dois estabelecimentos onde asseguramos a Componente de Apoio à Família. Além deste apoio direto nas escolas, o Município de Guimarães tem proporcionado que todos os alunos possam assistir a vários espetáculos ao longo do ano. Refira-se que aquilo que é constante do Plano Nacional das Artes existente, e que é seguido por algumas escolas, é já realizado pelo Município de Guimarães há mais de cinco anos. Tal como disse anteriormente “na política, como na vida, a história far-se-á dos que, no seu devido tempo, viram à frente desse mesmo tempo”. O contrato programa apresenta, igualmente, um reforço para os serviços educativos do Centro de Artes José de Guimarães e Plataforma das Artes e Criatividade e Casa da Memória. Foram já contratados cinquenta e nove técnicos que estão a desempenhar funções em todas as escolas do primeiro ciclo e pré-escolar de forma a trabalhar as artes performativas. Esta medida comprova,*

*uma vez mais, que o Município de Guimarães entende que vale a pena procurar novos públicos, acreditando que a cultura é absolutamente crucial na formação dos novos cidadãos. Ao mesmo tempo, o contrato programa prevê a manutenção da programação estrutural da Oficina nos eventos âncora, como são o Guimarães Jazz, Guidance ou outros Festivais do Concelho. O contrato programa estabelece, também, como matriz a educação e mediação cultural, apostando em projetos com os estabelecimentos de ensino e com forte relação com o território. Esse mesmo trabalho meritório de ligação ao território está a ser desenvolvido com diversos grupos de teatro com projetos da Casa da Memória. Saliente-se, igualmente, o reforço da base da Oficina, com os bordados e a olaria, agora capitalizados com a nova Loja da Oficina. Trata-se de um novo equipamento para gerir e que se vai muito para além de uma Loja, representando também um espaço de exposição para os artesãos locais, estando também a ser construído um espaço expositivo dedicado a Alberto Sampaio. Continuamos a considerar que a cultura e o seu acesso a todos é um pilar primordial no crescimento e na evolução de uma sociedade. Sabermos que temos um Município que continua a passar das palavras aos atos deverá ser um fator de regozijo para todos. Neste, como em outros assuntos, acreditamos que é preciso ver para além do tempo para, mais tarde, reconhecermos na nossa sociedade a consequência das nossas ações.” -----*

A Assembleia **DELIBEROU** o seguinte: -----

**APROVAR o ponto 25**, por unanimidade. -----

**João Miguel Castro Oliveira e Marta Abreu Coutada**, ambos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista) não participaram na discussão nem na votação desta proposta por se considerarem impedidos. -----

**APROVAR o ponto 26**, por maioria, com **60 votos a favor** (22 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS e 2 eleitos da CDU), **23 abstenções** (8 eleitos



do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP e 1 eleito da CDU) e **1 voto contra** (1 eleito do BE). -----

**José Silva Fernandes**, do Grupo Parlamentar do PS, não participou na discussão nem na votação desta proposta por se considerar impedido. -----

PATRIMÓNIO -----

**27 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, FREGUESIA DE BRITO.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Desafetação do domínio público de parcela de terreno situada na rua Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Brito”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **84 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 8 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP e 3 eleitos da CDU) e **1 abstenção** (1 eleito do BE). -----

FREGUESIAS -----

**28 - JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 7 DE JUNHO DE 2018.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Caldelas – Retificação da Deliberação da Câmara Municipal de sete de junho de dois mil e dezoito”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **29 -**

**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES OLEIROS E FIGUEIREDO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a

proposta designada por “União das Freguesias de Leitões Oleiros e Figueiredo - Cedência de Autocarro”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **30 - JUNTA DE FREGUESIA DE NESPEREIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Nespereira - Cedência de Autocarro”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **31 - JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Guardizela - Pedido de Cedência de Autocarro”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia treze de junho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **32 - JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Ronfe - Pedido de Cedência de Autocarro”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia quatro de julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **33 - JUNTA FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – DELIBERAÇÃO DE 30 DE MAIO DE 2019 - REVISÃO AO CONTRATO CELEBRADO EM 10 DE JULHO DE 2019.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta Freguesia de Moreira de Cónegos – Deliberação de trinta de maio de dois mil e dezanove - Revisão ao contrato celebrado em dez de julho de dois mil e dezanove”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezoito de





julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 28 a 33, por unanimidade. ---

FREGUESIAS (SUBSÍDIOS) -----

**34 - JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE – SUBSÍDIO – ANO DE 2018.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Ronfe – Subsídio – Ano de dois mil e dezoito”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **35 - JUNTA DE FREGUESIA DE**

**LONGOS – SUBSÍDIO – ANO DE 2018.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Longos – Subsídio – Ano de dois mil e dezoito”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **36 - JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – OBRAS NA**

**RUA DAS FONTAINHAS, RUA DA BOAVISTA E RUA DAS CARTAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Guardizela – Obras na Rua das Fontainhas, Rua da Boavista e Rua das Cartas - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **37 - JUNTA**

**DE FREGUESIA DE PONTE – CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E CONCLUSÃO DA VEDAÇÃO NO NOVO ACESSO AO CENTRO ESCOLAR E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA URBANIZAÇÃO DO CAMPO NOVO.** Submete-se à apreciação e votação da

Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Ponte – Construção de passeio e conclusão da vedação no novo acesso ao Centro Escolar e aquisição de materiais para a construção de uma rede de águas pluviais na Urbanização do Campo Novo”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **38 - JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – SUBSÍDIO – ANO DE 2019.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Azurém – Subsídio – Ano de dois mil e dezanove”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **39 - JUNTA DE FREGUESIA DE NESPEREIRA - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL NESPEREIRA + VIDA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Nespereira - Continuidade do Projeto Social Nespereira + Vida”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **40 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS – PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “União das Freguesias de Candoso Santiago e Mascotelos – Projeto de Ampliação do Cemitério - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **41 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TABUADELO E S. FAUSTINO – OBRAS NA CENTRALIDADE DA FREGUESIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da



Assembleia Municipal a proposta designada por “União das Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino – Obras na Centralidade da Freguesia - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 34 a 41, por unanimidade. ---  
FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----

**42 - JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

– **ANO DE 2018**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Caldelas – Delegação de Competências – Ano de dois mil e dezoito”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **43 - JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE – DELEGAÇÃO**

**DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2016**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Ronfe – Delegação de Competências – Ano de dois mil e dezasseis”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **44 - JUNTA DE FREGUESIA DE**

**GONDAR – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 E SUBSÍDIO – ANO DE 2019**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Junta de Freguesia de Gondar – Delegação de Competências – Ano de dois mil e dezoito e subsídio – Ano de dois mil e dezanove”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 42 a 44, por unanimidade. ---

TRÂNSITO -----

**45 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DE CORTINHAS - FREGUESIA DE S. TORCATO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Alteração de Trânsito na Rua de Cortinhas - Freguesia de S. Torcato”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezoito de julho de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

-----**VOTOS E MOÇÕES** -----

-----**DELIBERAÇÕES** -----

**MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO** apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do **PS**, do seguinte teor: “**Elisabete Matos é a mais reconhecida soprano portuguesa de sempre. Nascida em Guimarães, na Freguesia de Caldelas, tem um percurso profissional de mais de 30 anos, com passagens por alguns dos mais importantes palcos do mundo, e prémios, dos quais se destaca o Grammy de 2000. A cantora lírica recebeu a Medalha de Ouro de Mérito Artístico do Município de Guimarães e é Oficial da Ordem do Infante D. Henrique pela República Portuguesa. Em 2018 assumiu a direção artística do Festival Internacional de Música Religiosa de Guimarães e a sua colaboração artística, quer como intérprete, quer como diretora artística tem ajudado a engrandecer a oferta cultural do nosso território. Elisabete Matos assume agora, a convite do Ministério da Cultura, a responsabilidade de liderar artisticamente o Teatro Nacional São Carlos, em Lisboa, uma das mais importantes estruturas artísticas do país. Este é um momento de enorme orgulho vimaranense e uma oportunidade para o país de ter uma das suas melhores, ao serviço de uma das suas instituições mais importantes, no domínio da Cultura, das Artes e da Música Erudita e**



Lírica em especial. Assim, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida a vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove delibera: Congratular Elisabete Matos pela sua designação enquanto Diretora Artística do Teatro Nacional de São Carlos, e o Ministério da Cultura pela decisão, demonstrando o orgulho que todos os vimaranenses sentem em ter uma “filha de Guimarães” a dirigir aquela instituição”. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **84 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 8 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 2 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **1 abstenção** (Rui Miguel Meira Barreira – CDS-PP). -----

**MOÇÃO** apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do **PS**, do seguinte teor: “Decorreu esta semana, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a Cimeira da Ação Climática, convocada pelo secretário-geral da ONU, António Guterres. Esta iniciativa surge num momento em que o Mundo caminha a passos largos para a sua destruição por via do consumo excessivo dos recursos disponíveis e pelas alterações crescentes no clima. Guimarães definiu a sustentabilidade ambiental como uma das prioridades da sua ação política, especialmente desde dois mil e treze. A urgência em que o mundo vive, não mais pode conviver com a passividade da população e, muito menos, com a passividade dos seus representantes e decisores políticos. Portugal foi o primeiro país a responder ao apelo de António Guterres, de dar provimento ao Acordo de Paris pela neutralidade carbónica em dois mil e cinquenta. Com esta Cimeira da Ação Climática, um novo fôlego foi dado aquele documento tendo triplicado o número de países comprometidos com este desiderato. Contudo, o ceticismo de Países da dimensão do Brasil e dos Estados Unidos da América relativamente à temática, e os recuos destas potências no cumprimento

das metas do Acordo do País, não permitem que o Mundo esteja descansado com o futuro da humanidade. Assim, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida a vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove delibera: Endereçar a congratulação a António Guterres, Secretário-geral da ONU, pela iniciativa da Cimeira da Ação Climática e pela Urgência impressa nesta temática, na exortação dos líderes mundiais a comprometerem-se com o Acordo de Paris; Endereçar ao Primeiro-ministro António Costa a congratulação pela primazia do compromisso da neutralidade carbónica em dois mil e cinquenta, colocando Portugal na linha da frente da defesa do futuro da humanidade; Apelar ao Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Domingos Bragança, que prossiga com a prioridade da Sustentabilidade Ambiental nas políticas municipais, colocando o nosso concelho como um dos portadores do estandarte desta prioridade determinante para o futuro do Planeta” . -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **59 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS) e **26 abstenções** (8 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE). -----

#### -----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números três e quatro, do artigo quinquagésimo sétimo, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia **DELIBEROU**, por unanimidade, **APROVAR** a ata em minuta. -----

Pelas zero horas e quarenta minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa deu por **ENCERRADA A SESSÃO**. -----

Para os efeitos consignados no número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 7 Fls. 36

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE SETEMBRO DE 2019

setembro, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --